UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

MESTRADO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

OTÁVIO ARAÚJO DE CARVALHO

SIMILARIDADE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA EM COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS

BELO HORIZONTE

2021

Otávio Araújo De Carvalho

SIMILARIDADE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA EM COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS

Dissertação apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Linha de Pesquisa: Contabilidade Financeira

Orientadora: Profa. Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro

Belo Horizonte

2021

Ficha Catalográfica

C331s
2021

Carvalho, Otávio Araújo de.
Similaridade dos principais assuntos de auditoria em companhias abertas brasileiras [manuscrito] / Otávio Araújo de Carvalho. – 2021.
107 f.: il. e tabs.

Orientadora: Laura Edith Taboada Pinheiro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade.
Inclui bibliografia (f. 95-107).

1. Auditoria – Teses. 2. Auditoria – Processamento de dados – Teses. 3. Contabilidade – Teses. I. Pinheiro, Laura Edith Taboada. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Controladoria e Contabilidade. III. Título.

CDD: 657

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211
Biblioteca da FACE/UFMG – LVR/183/2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTROLADORIA E CONTABILIDADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

SIMILARIDADE DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA DE COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS

OTÁVIO ARAÚJO DE CARVALHO

Dissertação de mestrado defendida e aprovada, no dia trinta de junho do ano de dois mil e vinte e um, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Vagner Antônio Marques
UFES

Patrícia Romualdo de Almeida
UFMG

Renata Turola Takamatsu
UFMG

Laura Edith Taboada Pinheiro - Orientadora
UFMG

Belo Horizonte, 30 de junho de 2021.

Documento assinado eletronicamente por **Laura Edith Taboada Pinheiro, Professora do Magistério Superior**, em 30/06/2021, às 22:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Vagner Antônio Marques, Usuário Externo**, em 01/07/2021, às 03:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Turola Takamatsu, Membro**, em 01/10/2021, às 15:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Patricia Romualdo de Almeida, Professora do Magistério Superior**, em 02/10/2021, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0812723** e o código CRC **D688B8F7**.

Referência: Processo nº 23072.233739/2021-91 SEI nº 0812723

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha orientadora, Dra. Laura Edith Taboada Pinheiro, pela disponibilidade, paciência, compreensão, orientações e conselhos sobre a execução deste trabalho. Muito obrigado, Laura!

Agradeço à banca de qualificação, Dr. Vagner, Dra. Renata e Dra. Patrícia, por contribuir para melhoria deste trabalho e disponibilidade em participar deste processo.

Agradeço a todos os professores e servidores do CEPCON, por momentos de aprendizagem compartilhados e disponibilidade em nos atender.

Agradeço minha família e meus amigos por incentivarem a conclusão deste trabalho.

Agradeço a minha turma de mestrado; vocês são incríveis e sempre me lembrarei dos nossos momentos juntos. Em especial a Cecília, uma pessoa de coração imenso, que sempre me ajudou nos momentos mais difíceis. Muito obrigado, Cecília!

Agradeço a todos os alunos do CEPCON pela parceria e apoio, em especial a Fernanda e a Bárbara, sempre disponíveis para ajudar.

Agradeço a Deus, por se fazer presente em minha vida através de pessoas excepcionais, as quais contribuem para as minhas realizações.

"Trabalhe como se tudo dependesse de ti e confie como se tudo dependesse de Deus" (Santo Inácio de Loyola).

RESUMO

Os principais assuntos de auditoria (PAAs) foram introduzidos no Brasil a partir de 2016, com o objetivo de tornar o relatório de auditoria mais informativo e transparente. Estudos demonstraram que estes assuntos são relevantes para os usuários da informação, porém surgiu o receio de que esses PAAs perdessem valor informacional devido à repetição no decorrer dos anos. Esta pesquisa teve como objetivo geral identificar os determinantes para a similaridade dos PAAs em companhias de capital aberto negociadas na B3. Foi utilizada uma amostra de 309 companhias negociadas na B3, no período de 2016 a 2019, compondo um painel desbalanceado de 836 observações. O índice médio de similaridade dos PAAs no período analisado foi 69,13%. Por meio da realização de testes de medianas, foi constatada a existência de diferença no índice de similaridade dos PAAs entre as firmas de auditoria e os setores econômicos. Os resultados estimados pelo método de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) demonstraram que a rotação da firma de auditoria e o tamanho da companhia auditada possuem influência negativa sobre a similaridade dos PAAs. Esta pesquisa contribui para que os usuários da informação e os auditores independentes compreendam fatores que podem influenciar a similaridade na divulgação dos PAAs, assim como para que os órgãos de regulamentação avaliem os fatores que impactam a similaridade dos PAAs e verifiquem se o objetivo de trazer um novo relatório de auditoria mais informativo, transparente e sem informações padronizadas está sendo atingido. Este trabalho contribui também para academia, pois apresenta o índice de similaridade dos PAAs, as características das firmas de auditoria e das companhias auditadas que afetam este índice, e as diferenças existentes na similaridade destes assuntos entre os setores econômicos e firmas de auditoria.

Palavras-chaves: Similaridade; Principais Assuntos de Auditoria; Relatório de Auditoria.

ABSTRACT

The Key Audit Matters (KAMs) were introduced in Brazil as of 2016, with the aim of making the audit report more informative and transparent. Studies have shown that these issues are relevant to information users, but the fear arose that these KAMs would lose informational value due to repetition over the years. This research aimed to identify the determinants for similarity of KAMs in publicly traded companies traded on B3. A sample of 309 companies traded on B3 in the period from 2016 to 2019 was used, composing an unbalanced panel of 836 observations. The average similarity index of KAMs in the analyzed period was 69.13%. By performing average tests, the existence of a difference in the KAMs similarity index between auditing firms and economic sectors was verified. The results estimated by the Generalized Least Squares (GLS) method showed that the rotation of the audit firm and the size of the audited company have a negative influence on the similarity of the KAMs. This research helps information users and independent auditors understand factors that may influence the similarity in the disclosure of KAMs, as well as for regulatory bodies to assess the factors that impact the similarity of KAMs and verify whether the objective of bringing a new, more informative, transparent and non-standardized audit report is being achieved. This work also contributes to academia, as it presents the KAMs similarity index, the characteristics of audit firms and companies that affect this index, and the existing differences in the similarity of these issues between economic sectors and auditing firms.

Key words: Similarity; Key Audit Matters; Audit Report.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo das principais evidências empíricas. 43
Tabela 2 - Amostra da pesquisa..... 62
Tabela 3 - Variáveis utilizadas na pesquisa, embasamento teórico e comportamento esperado. 65
Tabela 4 - Modelos econométricos utilizados em estudos anteriores. 69
Tabela 5 - Índice médio de similaridade dos PAAs. 75
Tabela 6 - Índice médio de similaridade dos PAAs por firma de auditoria. 76
Tabela 7 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há rotação da firma de auditoria. 77
Tabela 8 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há o risco de descontinuidade operacional evidenciado no relatório de auditoria. 77
Tabela 9 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há opinião modificada no relatório de auditoria. 78
Tabela 10 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há comitê de auditoria na companhia auditada. 78
Tabela 11 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão dos honorários de auditoria. 79
Tabela 12 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão do tamanho da companhia auditada. 79
Tabela 13 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão da alavancagem da companhia auditada. 80
Tabela 14 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão da rentabilidade da companhia auditada. 81
Tabela 15 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão da complexidade da companhia auditada. 81
Tabela 16 - Índice médio de similaridade dos PAAs por setores econômicos da B3. 82
Tabela 17 - Estatísticas descritivas das variáveis contínuas. 83
Tabela 18 - Correlação entre as variáveis contínuas. 83
Tabela 19 - Valores medianos de similaridade dos PAAs por firma de auditoria e teste de Mann-Whitney. 84
Tabela 20 - Valores medianos de similaridade dos PAAs por setor econômico e teste de kruskal Wallis..... 85
Tabela 21 - Modelo GLS para estimação dos parâmetros do modelo proposto. 87
Tabela 22 - Resumo dos resultados encontrados. 90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR – American Depositary Receipt

B3 – Brasil Bolsa Balcão

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CAM – Critical Audit Matters

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas

GLS – Mínimos Quadrados Generalizados

FTSE 100 – Financial Times Stock Exchange Index

IBrX 100 – Índice Brasil 100

IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board

ISA – International Standards on Auditing

IFAC – International Federation of Accountants

JOA – Justifications of Assessments

KAM – Key Audit Matters

MQO – Mínimos Quadrados Ordinários

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

NBC TA – Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica

PAAs – Principais Assuntos de Auditoria

PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board

RI – Relação com Investidores

RMM – Risk of Material Misstatement

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 14
1.1. Problema de pesquisa e justificativa 19
1.1.1. Objetivos 24
1.1.2. Objetivo geral 24
1.1.3. Objetivos específicos 24
1.2. Estrutura da dissertação 24
2. REVISÃO DA LITERATURA 26
2.1. Relatório de auditoria 26
2.2. Principais assuntos de auditoria 28
2.3. Evidências empíricas 31
2.3.1. Determinantes para similaridade dos PAAs 48
2.3.1.1. Tamanho da Firma de Auditoria (BIG) 48
2.3.1.2. Rotação da Firma de Auditoria (RFA) 49
2.3.1.3. Risco de Descontinuidade Operacional (RDO) 51
2.3.1.4. Auditoria com Opinião Modificada (MOD) 51
2.3.1.5. Comitê de Auditoria (TCA) 52
2.3.1.6. Honorários da Auditoria (HON) 53
2.3.1.7. Tamanho da Companhia (ATT) 54
2.3.1.8. Alavancagem (ALV) 55
2.3.1.9. Rentabilidade do Ativo (ROA) 56
2.3.1.10. Complexidade (CPX) 58
3. METODOLOGIA 60
3.1. Tipologia da pesquisa 60
3.2. Fonte dos dados 61
3.3. Amostra 61
3.4. Descrição das variáveis utilizadas na pesquisa 62
3.4.1. Variável dependente 62

3.4.2. Variáveis independentes 64
3.5. Abordagem estatística 67
3.5.1. Descrição dos dados que integram a pesquisa 67
3.5.2. Teste de diferenças de médias 67
3.5.3. Modelagem econométrica 68
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 75
4.1. Descrição dos dados amostrados 75
4.1.1. Índice de Similaridade 75
4.1.2. Variáveis explicativas 82
4.2. Testes de diferenças de medianas para as firmas de auditoria e os setores econômicos. 83
4.3. Modelagem econométrica proposta 86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 93
REFERÊNCIAS 95

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a auditoria independente é valorizada por sua capacidade de fornecer conformidade e credibilidade das demonstrações contábeis (Ghosh & Moon, 2005). Neste contexto, o auditor independente exerce importante função na diminuição da assimetria informacional existente nos mercados, principalmente no que tange à confiabilidade das informações contábeis divulgadas (Alves Júnior & Galdi, 2020). Ademais, o trabalho desenvolvido por auditores independentes possui, dentre os seus objetivos, diminuir custos de agência e reduzir o comportamento oportunista, visando aperfeiçoar as informações no processo de governança corporativa (Jensen & Meckling, 1976; Piot, 2001).

A confiança conferida à auditoria independente possui relação com o "efeito credibilidade da fonte" (Christensen, Glover & Wolfe, 2014). Para estes autores, os usuários da informação valorizam, em suas decisões, os relatórios de auditoria em decorrência da informação que é reportada e da credibilidade de quem reporta as informações. Christensen et al. (2014) afirmam que os investidores valorizam mais as informações divulgadas pela auditoria independente, do que se estas mesmas informações fossem divulgadas pela administração das companhias.

Porém, casos contendo irregularidades contábeis no mercado contribuíram para que surgissem questionamentos sobre a independência dos auditores (Ghosh & Moon, 2005), gerando desconfiança quanto à veracidade e à credibilidade do trabalho desempenhado pelas auditorias independentes. Assim como os questionamentos relacionados à independência da auditoria independente (Porter & Gowthorpe, 2004; Demaki, 2011), fortes questionamentos perpetuaram durante longo período acerca da padronização dos relatórios destes auditores (Carson, Fargher, Geiger, Lennox, Raghunandan, & Willekens, 2013; Cordoş & Fülöp, 2015).

As críticas por parte dos usuários da informação, sobre os relatórios de auditoria independente, foram conduzidas sobre a abordagem de que estes documentos apresentavam pouco valor informativo (Church, Davis & McCracken, 2008). Defond e Zhang (2014) afirmam que usuários da informação sempre buscaram que os relatórios de auditoria abordassem conteúdo que ultrapasse a opinião de concordância com as demonstrações contábeis. Diante

destes questionamentos, sugestões existentes no mercado e na academia, várias instituições e órgãos reguladores começaram a trabalhar, em períodos recentes, na constituição de uma nova estrutura de relatório para os auditores independentes, com o objetivo de melhorar o conteúdo e o valor informacional deste relatório (Pinto & Morais, 2018).

Globalmente, a normatização da auditoria contábil está circunscrita no *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), e a normas de auditoria *International Standards on Auditing* (ISA) são emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC). As ISAs representam padrões internacionais de auditoria, que almejam transmitir alta qualidade da auditoria independente e consistência da prática em todo mundo, na busca por fortalecer a confiança pública sobre a auditoria (*International Federation of Accountants*, 2020). Essas normas emitidas pelo IFAC são aderidas em diversos países pelo mundo, inclusive no Brasil, e abordam diversas questões relacionadas à qualidade da auditoria, à independência dos auditores, à divulgação da opinião de auditoria e ao formato do relatório a ser utilizado pelos auditores independentes.

Diante das críticas apontadas anteriormente sobre o formato do relatório emitido pelos auditores independentes, no que tange a sua padronização e a seu pouco valor informacional, o IFAC, em 2015, após diversas consultas públicas, efetuou a revisão das normas ISA 570 - *Going Concern*, ISA 700 - *Forming an Opinion and Reporting on Financial Statements*, ISA 705 - *Modifications to the Opinion in the Independent Auditor's Report* e ISA 706 - *Emphasis of Matter Paragraphs and Other Matter Paragraphs in the Independent Auditor's Report,* e realizou a inclusão da ISA 701 - *Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report*, construindo, neste período, o novo relatório de auditoria com uma estrutura expandida e com o objetivo de ser mais comunicativo entre auditores e usuários da informação.

Por meio da ISA 701, foi introduzida, no relatório de auditoria, uma nova seção, separada, que comunica os *Key Audit Matters* (KAMs) na busca por fornecer aos usuários deste documento informações relevantes identificadas na condução dos trabalhos de auditoria e que, na opinião dos auditores, devem ser divulgados, proporcionando mais comunicação entre auditores e usuários do relatório (Köhler, Ratzinger-Sakel & Theis, 2016), além de proporcionar informações úteis para tomada de decisão (Gold e Heilmann, 2019).

Antes da inclusão global dos KAMs, havia, em alguns países, normativos que instituíam a comunicação de assuntos relevantes na realização dos trabalhos por partes dos auditores. Na França, em 2003, foram introduzidos os *Justifications of Assessments* (JOAs); no Reino Unido, em 2013, havia sido implementada a divulgação de *Risks of Material Misstatement* (RMMs); mundialmente, em 2015, foram introduzidos os *Key Audit Matters* (KAMs) e nos Estados Unidos, em 2017, foram implementados os *Critical Audit Matters* (CAMs), em observância ao contexto mundial (Velte & Issa, 2019).

No Brasil, em observância à ISA 701, foi introduzida a Norma Brasileira de Contabilidade de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica - Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente (NBC TA 701), com vigência sobre o exercício social encerrado em 2016. A introdução da NBC TA 701 com a inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs), no Brasil, teve por objetivo fornecer informações adicionais aos usuários. Para tal, divulgaram-se assuntos que, no julgamento dos auditores independentes, foram relevantes na auditoria do período corrente, bem como propiciaram que usuários da informação entendam melhor a companhia e as áreas que envolvem julgamento significativo da administração na elaboração das demonstrações contábeis [NBC TA 701 (CFC, 2016)].

Assim como Velte e Issa (2019), entende-se que a implementação das JOAs na França, RMMs no Reino Unido, KAMs introduzidos mundialmente e os CAMs nos Estados Unidos referem-se aos mesmos objetivos de implementação dos PAAs no Brasil: atender a demanda dos usuários da informação por um relatório de auditoria com maior conteúdo e valor informacional e divulgar áreas relevantes na condução da auditoria das demonstrações contábeis e que estão sujeitas a julgamento significativo da administração. Neste contexto, todos os termos citados anteriormente serão denominados neste estudo de PAAs, salvo em citações que seja necessária a distinção dos termos ou utilização do termo original.

As alterações promovidas na estrutura do relatório de auditoria tiveram, por objetivo, divulgar aspectos específicos da entidade, melhorar a transparência perante os usuários externos, assim como constituir vínculo informacional entre auditores e investidores, ressaltando assuntos de maior relevância na condução da auditoria e divulgados nas demonstrações

contábeis, os quais envolvem julgamento significativo por parte da administração da entidade. Estas modificações realizadas em 2015 pelo IFAC tiveram por objetivo atender a demanda dos usuários da auditoria, por um relatório de auditoria "único" para cada companhia auditada, sem o caráter padronizado, até então, existente no mercado.

Caracterizado por ser um tema recente na literatura, os PAAs têm sido discutidos no ambiente acadêmico internacional e no Brasil, existindo estudos com distintas abordagens, em diferentes países. Os resultados, no entanto, em grande parte, ainda são controversos e inconclusivos (Carmo, 2019; Melo, 2019). Reid, Carcello, Li, Neal e Francis (2019) corroboram que, embora as revisões substanciais dos requisitos de relatórios de auditoria estejam sendo implementadas internacionalmente, o impacto destas revisões na qualidade e divulgação dos relatórios financeiros ainda são desconhecidos e controversos.

Estudos nacionais e internacionais têm avaliado se o novo relatório de auditoria atendeu às expectativas dos usuários das informações. Os resultados experimentais de Christensen et al. (2014) demonstraram que investidores estão propensos a modificarem suas opiniões ao receberam relatórios de auditoria contendo PAAs. Sirois, Bédard e Bera (2017) postulam que a comunicação dos PAAs influencia na forma como usuários analisam as demonstrações contábeis. Para estes autores, na existência dos PAAs, os usuários depositam maior atenção aos assuntos destacados pelo auditor, os quais conduzem os usuários na análise das demonstrações contábeis.

Lennox, Schmidt e Thompson (2017) apresentam em seus resultados - obtidos por meio da análise de reações curtas de mercados - a identificação de que a divulgação dos PAAs carece de conteúdo incremental, porque estes assuntos teriam sido divulgados anteriormente pela administração; neste entendimento, os usuários conheciam estes temas antes da divulgação dos PAAs. Investigando as consequências da divulgação de PAAs no mercado francês, Bédard, Gonthier-Besacier e Schatt (2016) apontaram em seus resultados que, após a divulgação do primeiro relatório de auditoria contendo estes assuntos, as próximas divulgações apresentavam pouco conteúdo informativo relevante.

No mercado brasileiro, Alves Júnior e Galdi (2020) conduziram sua pesquisa com objetivo de investigar se os PAAs contidos na divulgação anual das companhias listadas

trouxeram relevância informacional para os investidores. Utilizando-se da metodologia de estudo de eventos - e a variação da soma dos retornos anormais diários de cada companhia nos dias que fazem parte da janela de divulgação das informações - os resultados indicaram a existência de associação positiva e consistente entre o coeficiente da relação da variação dos retornos anormais acumulados, na janela de divulgação das demonstrações financeiras com relatório do auditor, que inclui os PAAs com a variação dos retornos anormais anuais da empresa.

Buscando avaliar a aplicação do novo relatório de auditoria no contexto da Jordânia, no período de 2017 e 2018, Abdullatif e Al-Rahahleh (2020) analisaram os PAAs e realizaram entrevistas semiestruturadas com auditores experientes do país. Os resultados demonstraram que a quantidade dos PAAs é relativamente pequena, concentrando-se em itens como contas a receber, estoque, reconhecimento de receitas e propriedades para investimento. Para os autores, os achados também demonstraram que as firmas de auditoria divergem sobre a natureza e sobre o conteúdo dos PAAs, estas tendem a relatar assuntos relativos ao setor de atuação das companhias, evitando divulgar PAAs relacionadas à governança e aos controles internos.

Outra abordagem identificada em estudos relacionados a PAAs está em avaliar fatores que influenciam a divulgação destes assuntos, especificamente em questões de quantidades (números) e a legibilidade dos PAAs. Velte (2018) investigou a relação entre a participação de mulheres no comitê de auditoria em companhias do Reino Unido e a legibilidade nas divulgações dos auditores independentes sobre PAAs. Os resultados evidenciaram que as companhias com maior participação das mulheres no comitê de auditoria possuem maior legibilidade nas divulgações dos PAAs. Velte (2019) avaliou se a existência do comitê de auditoria e a experiência financeira e do setor dos membros do comitê tinham reflexos na legibilidade dos PAAs; os resultados demonstraram que a presença do comitê de auditoria e experiência financeira e de setor influenciam a legibilidade dos PAAs.

Pinto e Morais (2018) buscaram mapear fatores que influenciam a quantidade dos PAAs divulgados para empresas do Reino Unido, França e Holanda. Os resultados demonstraram que as características das firmas de auditoria e das companhias auditadas influenciam a quantidade dos PAAs divulgados no relatório de auditoria. Sierra-García, Gambetta, García-Benau e Orta-

Pérez (2019) analisaram a influência das características do auditor e do cliente, na quantidade e no tipo dos PAAs divulgados nos relatórios de auditoria em companhias do Reino Unido. Os resultados evidenciaram que as particularidades do auditor e do cliente são determinantes para a quantidade dos PAAs divulgados e, além disso, determinam os tipos dos PAAs apresentados nos relatórios de auditoria.

No mercado brasileiro, o estudo de Ferreira e Morais (2019) investigou a relação entre as particularidades das empresas auditadas e suas influências na quantidade dos PAAs, divulgados nos relatórios dos auditores independentes. Os resultados mostraram que o tamanho da firma de auditoria, o número de segmento de negócios do cliente, o valor dos honorários, a opinião da auditoria e o setor de atuação das companhias influenciam a quantidade dos PAAs divulgados.

Em sua pesquisa, cujo objetivo era analisar a relação entre as características textuais dos PAAs e os honorários de auditoria, Chen, Nelson, Wang e Yu (2020), contando com uma amostra de companhias listadas na bolsa Hong Kong em 2016, iniciaram a discussão sobre a similaridade dos PAAs. Dentre os resultados, foi constatado que a similaridade na divulgação dos PAAs com pares do setor possui impacto negativo sobre os honorários cobrados para realização dos trabalhos de auditoria.

1.1. Problema de pesquisa e justificativa

Apesar das controversas existentes na literatura em relação à divulgação e ao conteúdo dos PAAs, estudos têm apontado que essas divulgações impactam a tomada de decisão dos usuários. Desta forma, entender o conteúdo do relatório dos auditores independentes contendo os PAAs e suas influências sobre os usuários da informação contábil é relevante para determinar se os auditores estão exercendo sua função no mercado (Alves Júnior & Galdi, 2020). Ademais, é necessário analisar se existe uma padronização dos PAAs, visto que o novo relatório de auditoria busca fornecer conteúdo adicional aos usuários da informação, tornar o relatório de auditoria único para cada companhia e interromper a utilização dos relatórios padronizados (Pinto & Morais, 2018).

No território Australiano, Kend e Nguyen (2020) analisaram as divulgações relacionadas a PAAs, nos anos de 2017 e 2018, com o objetivo de avaliar os tipos dos PAAs divulgados e a repetição destes assuntos no segundo ano de divulgação, ou seja, em 2018. Contando com uma análise textual dos PAAs, os resultados evidenciaram que os assuntos mais comuns se referem à reavaliação de ágio e ativos intangíveis, ao reconhecimento das receitas, à avaliação de ativos, às operações de aquisições e à avaliação de explorações. Os autores identificaram que cerca de 70% dos PAAs divulgados em 2018 são iguais aos divulgados em 2017, ademais, os autores identificaram que existem diferenças nas divulgações por firma de auditoria e por setores econômicos.

Apoiado nos resultados de Bédard et al. (2016), Lennox et al. (2017) e Kend e Nguyen (2020) – os quais mostram que a divulgação dos PAAs apresenta pouco conteúdo incremental, e que, a partir do segundo ano de divulgação destes assuntos, eles deixam de apresentar relevância - faz-se oportuno analisar os determinantes para essa similaridade, que podem ocasionar ausência de novas informações para o mercado e, possivelmente, diminuição na credibilidade depositada sobre a auditoria independente. Ademais, apesar de estudos terem identificado a ausência de conteúdo incremental nos PAAs, outras pesquisas apresentam que a divulgação dos PAAs é relevante para o mercado (Alves Júnior & Galdi, 2020), é capaz de influenciar decisões de investimentos (Christensen et al., 2014) e conduzir usuários da informação para assuntos significativos nas demonstrações contábeis (Sirois et al., 2017).

Uma questão oportuna para ser analisada em pesquisas sobre os PAAs, inicialmente abordada por Kend e Nguyen (2020) e Chen et al. (2020), é a similaridade, ou seja, repetição dos PAAs no decorrer dos anos de auditoria. O estudo dessa similaridade também pode ser identificado em recentes pesquisas relacionadas à evidenciação contábil e à divulgação das notas explicativas em companhias de capital aberto. Os estudos de Silva, Ponte, Luca e Domingos (2018) e Santos, Calixto e Bispo, (2019) dentre seus objetivos, avaliaram os efeitos das alterações em normativos contábeis e as implicações na evidenciação contábil e na similaridade na divulgação das notas explicativas.

A análise da similaridade dos PAAs é pertinente no atual cenário da auditoria, uma vez que a introdução deste novo relatório surgiu a partir de questionamentos sobre a padronização

dos relatórios de auditoria e o pouco conteúdo informacional, presentes até períodos recentes. Neste contexto, um risco iminente é que estes PAAs comecem a ser repetidos de um exercício para outro, retomando a padronização existente até períodos recentes, para a mesma companhia ao longo do tempo; ou determinados PAAs comecem a ser comumente utilizados por firmas de auditoria na condução de seus trabalhos, até mesmo se tornem assuntos comuns para determinados setores, conforme apresentado por (Brasel, Doxey, Greiner & Reffett, 2016; Abdullatif & Al-Rahahleh, 2020).

Se a similaridade estiver presente na seção dos PAAs ao longo dos anos para determinadas companhias e setores, ou então sejam comumente utilizados por firmas de auditoria, é possível a confirmação dos resultados apresentados por Lennox et al. (2017) ou seja, estes assuntos de auditoria carecem de conteúdo incremental, acarretando o efeito encontrado por Bédard et al. (2016); os PAAs possuem relevância apenas no primeiro ano que foram divulgados, posteriormente, eles não abordam novos assuntos, logo perdem sua relevância para o mercado e ocasiona uma nova padronização destes relatórios, pontos estes que o novo relatório de auditoria buscou eliminar.

Os auditores independentes devem fornecer relatórios de auditorias que sejam transparentes, legíveis e sem informações padronizadas (Longo, 2017). Caso existam informações padronizadas, podem ocorrer reações nas partes interessadas, opostas ao esperado nas normatizações relacionadas aos PAAs, gerando redução da confiabilidade sobre as demonstrações contábeis e auditores independentes (Velte & Issa, 2019).

Ademais, o estudo de Brasel et al. (2016) apresenta, em seus resultados que a exigência de divulgação dos PAAs pode incentivar os auditores a evidenciarem assuntos ineficazes e comuns, diluindo o impacto da divulgação dos PAAs mais relevantes. Também, conforme Asbahr e Ruhnke (2019), os PAAs podem funcionar como uma licença moral dos auditores independentes para justificar a falta de ajustes nas demonstrações contábeis.

Partindo-se dos pressupostos apresentados sobre a especificidade do relatório de auditoria, após a inclusão da seção dos PAAs, e a similaridade que assuntos podem assumir, surge a seguinte questão de pesquisa: **quais são os determinantes para a similaridade dos PAAs das companhias de capital aberto negociadas na B3?**

Conforme apresentado por Sierra-García et. al (2019), as características do cliente e do auditor são relevantes e determinantes para a quantidade e o tipo dos PAAs. Neste contexto, torna-se relevante entender as características do cliente e do auditor, determinantes para a similaridade dos PAAs divulgados no relatório de auditoria.

A abordagem desta pesquisa é oportuna no atual contexto da auditoria no Brasil e no mundo, pois, em virtude das recentes alterações ocorridas na normatização internacional e nacional relacionada à auditoria e a implementação do novo relatório com inclusão dos PAAs - que conferiu novos desafios aos auditores independentes – é necessário proporcionar, ao mercado, um relatório de auditoria que abarque conteúdo incremental - por meio da divulgação de assuntos relevantes vivenciados no decorrer da realização dos trabalhos de auditoria - e que foram discutidos com a administração da entidade auditada.

A implementação do novo relatório de auditoria surgiu de fortes críticas sobre a estrutura que era utilizada, a qual apresentava baixo conteúdo informativo e foi padronizada pelos auditores independentes, havendo pouca comunicação entre a auditoria e usuários do relatório, prevalecendo por longos períodos a manifestação de concordância ou não, com as demonstrações contábeis reportadas pelas companhias (Carson et al., 2013; Cordoş & Fülöp, 2015; Longo, 2017). Posto isso, surge o questionamento de que estes relatórios de auditoria poderão ser novamente padronizados, visto que a determinação dos PAAs está sob julgamento profissional dos auditores independentes; este profissional deve determinar os assuntos mais relevantes comunicados à administração e divulgá-los ao público.

A similaridade (repetição) é medida neste estudo por meio do índice de similaridade, o qual consiste em comparar os PAAs divulgados para as companhias no relatório dos auditores, emitido para as demonstrações contábeis encerradas no exercício social corrente, em relação aos PAAs, divulgados no relatório dos auditores, emitido para as demonstrações contábeis referentes ao exercício social imediatamente anterior. Essa abordagem é necessária e relevante para o mercado, visto que os relatórios de auditoria possuem efeitos sobre as decisões dos usuários; desta forma, conforme apresentado por Alves Júnior e Galdi (2020), o conteúdo deste documento deve ser objeto de análise.

Para os órgãos reguladores, este estudo contribui ao analisar a possível padronização que pode estar retomando para o relatório de auditoria; essa padronização existente em períodos passados - suscitou as recentes alterações nas normas de auditoria e que, até o momento, não possui resultados consolidados na literatura. Ademais, esta pesquisa realiza uma análise detalhada desde a implantação deste novo relatório de auditoria, no que tange a sua similaridade, contribuindo para que estes órgãos possam avaliar os resultados obtidos até o momento, assim como vislumbrar novas melhorias para períodos futuros, visando suprir os usuários da informação, por meio de conteúdos relevantes oriundos da execução da auditoria.

Cabe ressaltar que estudos como os de Christensen et al. (2014), Kachelmeier, Schimidt e Valentine (2014), Gimbar, Hansen e Ozlanski (2016a), Brasel et al. (2016), Prasad e Chand (2017), Matos e Cardoso (2017), Segal (2017), Backof, Bowlin e Goodson (2019), In, Kim e Park (2020) , Abdullatif e Al-Rahahleh (2020) e Alves Júnior e Galdi (2020), no ambiente acadêmico nacional e internacional, estão voltados para avaliar os efeitos dos PAAs para os auditores independentes e influências da divulgação desses assuntos nas decisões dos investidores. Grande parte dos estudos são realizados por meio de experimentos ou dados colhidos em janelas temporais no mercado, prevalecendo a avaliação dos efeitos da divulgação dos PAAs sobre usuários.

Outra vertente recente é o estudo dos determinantes que influenciam os honorários, a quantidade e a legibilidade dos PAAs divulgados. Estes estudos, tais como Marques e Souza (2017), Velte (2018), Pinto e Morais (2018), Segal (2019), Li, Hay e Lau (2019), Reid et al. (2019), Velte (2019), Sierra-García et al. (2019), Ferreira e Morais (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Cruz, Nardi, Figueira e Silva (2019), Ardito (2019), Chen et al. (2020) e Kend e Nguyen (2020) estão concentrados, em sua maioria, fora do mercado brasileiro.

Dessa forma, esta pesquisa contribui para o ambiente acadêmico por apresentar o índice de similaridade dos PAAs e os seus determinantes, assim como as diferenças existentes na similaridade destes assuntos entre os setores econômicos e as firmas de auditoria. Este trabalho contribui para órgãos de regulamentação avaliarem os fatores que podem impactar a similaridade dos PAAs, pois será possível verificar se o objetivo de trazer um novo relatório de auditoria mais informativo, transparente e sem informações padronizadas está sendo atingido.

Ademais, este estudo contribui para os investidores, uma vez que se são analisadas as características das companhias auditadas e das firmas de auditoria, que influenciam a divulgação de PAAs similares com o período anterior. Assim, serão oportunizadas, também, condições de melhorias por parte dos auditores e profissionais da contabilidade, visto que serão apresentadas as características da companhia auditada e da firma de auditoria, que podem representar determinantes para divulgação de PAAs repetidos.

Posto isso, este estudo contribui para o mercado de capitais nacional e internacional, oportunizando uma nova abordagem para as pesquisas relacionadas à auditoria e PAAs, que certamente contribuem para o desenvolvimento do mercado de capitais e o aperfeiçoamento da divulgação de informações por parte das companhias e dos auditores independentes.

1.1.1. Objetivos

1.1.2. Objetivo geral

Este estudo possui como objetivo geral identificar os determinantes para a similaridade dos PAAs das companhias de capital aberto negociadas na B3.

1.1.3. Objetivos específicos

Considerando o objetivo geral deste estudo, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

(i) Analisar a similaridade dos PAAs do período corrente com o período anterior.

(ii) Identificar se existe diferença na similaridade dos PAAs entre as firmas de auditoria.

(iii) Identificar se existe diferença na similaridade dos PAAs entre os setores econômicos da B3.

1.2. Estrutura da dissertação

Esta dissertação está estruturada em seis partes: a primeira, a introdução; a segunda, a revisão da literatura; a terceira apresenta a metodologia utilizada para realização desta pesquisa; a quarta parte apresenta a análise e a discussão dos resultados; a quinta parte dispõe as

considerações finais e a sexta parte contém as referências bibliográficas que serviram de base para esta pesquisa.

A introdução é constituída pela contextualização do tema. São apresentados a questão de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, assim como a justificativa para realização desta pesquisa e suas contribuições.

Na revisão da literatura, aborda-se a literatura relacionada ao relatório de auditoria e aos PAAs, além de relacionar estudos anteriores com seus objetivos e principais resultados. Desta forma, apresentam-se evidências empíricas no que tange ao relatório de auditoria e os PAAs.

Na metodologia, são abordados os procedimentos metodológicos aplicados à pesquisa proposta, assim como suas características, as variáveis, os testes e o modelo econométrico utilizado para atingir os objetivos propostos.

A análise e discussão dos resultados apresenta os principais resultados, obtidos pela estatística descritiva, testes de médias e modelagem econométrica empregados neste estudo.

As considerações finais abordam as contribuições desta pesquisa, e as sugestões para estudos futuros.

Nas referências bibliográficas, são listados os trabalhos acadêmicos e demais conteúdos que fundamentaram esta pesquisa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Relatório de auditoria

O principal veículo de comunicação utilizado entre auditores independentes e participantes do mercado é o relatório de auditoria que acompanha as demonstrações contábeis. O conteúdo deste relatório é importante para que os agentes econômicos possam refletir e realizar interpretações em relação aos números das companhias (Alves Júnior & Galdi, 2020). No entanto, existe forte questionamento sobre o formato deste documento, pois ele é considerado padronizado e restritivo, além de apresentar baixo poder elucidativo para seus usuários (Bédard, Gonthier-Besacier & Schatt, 2014).

No relatório de auditoria, os auditores expressam sua opinião sobre as demonstrações contábeis e financeiras das companhias, assegurando a um nível razoável de segurança que, estes demonstrativos foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis vigentes e representam, adequadamente, a situação econômica e financeira das companhias que os reporta (Lin & Hwang, 2010). Para Carrington e Johed (2014), o relatório dos auditores independentes é de alta relevância para sociedade, pois é a partir deste documento que os usuários tomam decisões para realização de investimentos.

Porém, diante escândalos envolvendo fraudes e falência de corporações de renome e influentes no mercado internacional, fortes questionamentos se fizeram sobre a relevância e a credibilidade do trabalho desempenhado por auditores independentes. Como exemplo, pode-se citar o caso Enron Corporation, que entrou em processo de falência após ajustar suas contas e ter envolvimento em fraudes contábeis; no entanto, não houve modificação na opinião que consta no relatório de auditoria (Porter & Gowthorpe, 2004; Demaki, 2011). Apesar do fato mencionado, e da existência de outros casos envolvendo irregularidades e fraudes contábeis nos mercados, Ghosh e Moon (2005) afirmam que os auditores mantêm sua presença indispensável para o funcionamento do mercado de títulos públicos.

Assim como os questionamentos sobre a relevância do trabalho desempenhado pelos auditores, há, no mercado, críticas em relação ao relatório dos auditores independentes, no que tange a seu formato, ao conteúdo e ao valor informacional. Os auditores foram criticados

fortemente por utilizarem linguagem padronizada, haver falta de informações sobre a forma como se chegou à opinião expressa no relatório e por não estabelecerem comunicação eficiente e suficiente com os usuários, os quais seu trabalho tem por missão proteger (Carson et al., 2013; Cordoş & Fülöp, 2015).

Diante deste cenário, em 2013, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) disponibilizou consulta pública para usuários dos relatórios de auditoria, decorrente dos anseios por modificações no modelo que estava em uso. De forma geral, essas consultas revelaram o desejo para que as demonstrações contábeis fossem mais claras e transparentes, assim como o relatório de auditoria fosse mais específico e com abordagem menos genérica (Ibracon, 2013).

Nesta perspectiva, Longo (2017) afirma que os usuários das demonstrações contábeis e relatórios financeiros clamam por modificações que tenham relevância por aspectos adicionais, complementando a opinião acerca da conformidade perante a normatização, e expressando como os fatos detêm influência sobre a companhia. Ademais, existiram no mercado, durante longos períodos, influências advindas de usuários da informação para que o relatório de auditoria abarcasse um conteúdo que ultrapassasse a opinião de concordância, ou não, sobre as demonstrações contábeis (Defond & Zhang, 2014).

A partir das críticas existentes sobre o formato do relatório da auditoria independente, o IFAC em 2015, após diversas consultas públicas, efetuou a revisão das normas internacionais de auditoria relacionadas ao formato e ao conteúdo deste documento, construindo, neste período, o novo relatório de auditoria, com uma estrutura expandida e com o objetivo de ser mais comunicativo entre auditores e usuários da informação. Estas alterações marcaram uma das mais relevantes mudanças ocorridas recentemente na área de auditoria, passando de um relatório com formato padronizado para uma tentativa de individualização, caracterizada, principalmente, pela obrigatoriedade de comunicação dos PAAs (Carmo, 2019). Estes PAAs são aqueles que, no julgamento do auditor, foram os de maior importância na auditoria, tratando, então, as especificidades de cada entidade auditada (Ibracon, 2017).

No Brasil, em observância ao cenário internacional, as normas que aperfeiçoaram o relatório dos auditores independentes foram introduzidas e regulamentadas pelo Conselho

Federal de Contabilidade (CFC), em junho de 2016, possuindo efeito sobre demonstrações encerradas a partir de 31 de dezembro de 2016. Dentre as principais modificações, se destaca a inclusão dos PAAs e da seção no relatório de auditoria em caso de incerteza quanto à continuidade operacional da companhia [NBC TA 570 e 701, (CFC, 2016)].

O *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) manifestou que a inclusão dos PAAs poderia melhorar a capacidade informativa dos relatórios de auditoria, haja vista que ênfase foi despendida sobre a análise dos usuários nos itens de maior relevância para tomada de decisão (PCAOB, 2013). Para o IAASB (2015), foi considerado que o novo relatório de auditoria provocou efeitos relevantes, uma vez que o objetivo é divulgar aspectos específicos da entidade, melhorar a transparência perante usuários externos, assim como constituir vínculo informacional entre auditores, investidores, ressaltando as informações contidas nas demonstrações contábeis de maior relevância dentre aquelas divulgadas da administração para usuários das informações.

A comunicação entre os auditores, acionistas e demais partes interessadas tem um papel significativo na entrega de valor. Portanto, o novo formato dos relatórios de auditoria não se restringe ao papel de melhorar o diálogo entre acionistas e diretores. Ele busca, também, fornecer a chave para a "caixa preta" da auditoria, a fim de explicar, em detalhes, qual é o trabalho realizado por um auditor, o que gera um aumento da confiança depositada em um auditor pelos acionistas (Batae, 2019). Posto isso, a complexidade das operações e o aumento dos julgamentos contábeis existentes nas companhias e no mercado atual corroboram para o novo relatório de auditoria (Defond & Zhang, 2014).

2.2. Principais assuntos de auditoria

Os PAAs foram introduzidos no Brasil em 2016, seguindo as orientações internacionais. O objetivo da comunicação dos PAAs é tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada [NBC TA 701 (CFC, 2016)]. Internacionalmente, os PAAs ou equivalentes foram discutidos por diversos órgãos normatizadores antes da normatização global, com início na França em 2003, resultando na implementação das JOAs. Em 2013, no Reino Unido com os RMMs; em 2015, em âmbito mundial com os PAAs; e em 2017, a normatização dos CAMs, nos Estados Unidos.

A comunicação dos PAAs fornece informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis, de forma a auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Além disso, pode ajudar os usuários previstos das demonstrações contábeis a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas [NBC TA 701 (CFC, 2016)].

Na determinação dos PAAs, os auditores devem avaliar quais assuntos, dentre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, foram mais relevantes na realização dos trabalhos de auditoria. Os auditores devem levar em consideração os seguintes aspectos: (i) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados; (ii) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa; (iii) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período [NBC TA 701 (CFC, 2016)].

Atualmente, no ambiente acadêmico, há forte interesse por estudos que visam avaliar os impactos que a adoção do novo relatório dos auditores independentes proporcionou sobre as demonstrações contábeis anuais das companhias e na relevância informacional para usuários do relatório de auditoria (Melo, 2019; Velte & Loy, 2018).

O objetivo inicial de criar um relatório de auditoria estendido e mais comunicativo foi uma maneira de aumentar o conteúdo do relatório e diminuir a assimetria informacional entre auditores e usuários dos relatórios financeiros (Bédard et al., 2014; Cordoş & Fülöp, 2015). Diferentes estudos têm investido em analisar os efeitos da inclusão dos PAAs sobre os investidores, em relação a suas decisões de investimentos e a percepção destes usuários da informação sobre as responsabilidades dos auditores após a implantação da seção de PAAs no relatório (Christensen et al., 2014; Gimbar, Hansen & Ozlanski, 2016b; Lennox et al., 2017; Sirois et al., 2017).

Dentre as discussões acerca da introdução dos PAAs nos relatórios de auditoria no ambiente internacional, estudos mostram que esta seção pode apresentar um valor simbólico para o mercado, visto que estas informações já poderiam ser conhecidas ou esperadas (Bédard et al., 2014); e quando estas informações são inéditas, elas não são transmitidas de forma a constituir diferenças para usuários (Ball, 2013). Neste contexto, Gutierrez, Minutti-Meza, Tatum, & Vulcheva (2018) evidenciam que o relatório do auditor expandido fornece poucas informações incrementais aos investidores.

Contrariamente à Gutierrez et al. (2018), Alves Júnior e Galdi (2020), acerca da relevância informacional dos PAAs no mercado brasileiro, apresentam o exemplo da Natura Cosméticos S.A. O relatório de auditoria da companhia, referente ao exercício de 2016, conteve três PAAs, dentre as quais um se referia à dificuldade da companhia em definir o momento adequado para reconhecimento das receitas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil. Antes da introdução do novo relatório de auditoria, informações como a exemplificada eram discutidas entre auditores e administração da companhia, sem divulgação ao público.

Dessa forma, espera-se que os PAAs possam divulgar informações, qualitativas ou quantitativas, relevantes para o mercado a respeito de determinados assuntos e contribuir para a decisão dos usuários (Alves Júnior & Galdi, 2020). Assim como a divulgação dos PAAs pode atrair atenção dos usuários da informação para as demonstrações contábeis, tornando-as mais relevantes (Orquin & Loose, 2013).

Essas alterações introduzidas no relatório de auditoria permitem o aumento da transparência, visto que estão sendo divulgadas áreas que necessitam de atenção e possuem riscos associados para as companhias, bem como a forma que estes riscos estão sendo gerenciados (Dogan & Arefaine, 2017).

Diversos grupos de interesse, no entanto, manifestaram preocupação sobre a inclusão dos PAAs no relatório de auditoria (Bédard et al., 2014; Lennox et al., 2017). Os discursos destes grupos abordaram o impacto que a divulgação dos PAAs pode ter sobre a responsabilidade dos auditores (Gimbar et al., 2016b). Adicionalmente, foi apontado que a divulgação dos PAAs possui alto risco da confidencialidade associado; desta forma, os auditores estão dispostos a evidenciar informações adicionais exigidas por PAAs, nas condições

que estas divulgações não ultrapassem o compromisso da confidencialidade dos trabalhos assumidos (Ferreira & Morais, 2019).

Especialistas em auditoria têm várias percepções sobre quais assuntos se tornam PAAs; estas percepções variam de materialidade, subjetividade e dificuldade, além de incorporarem uma consideração baseada no tempo (Segal, 2019). Posto isto, Levanti (2019) afirma que a maioria dos auditores estão cumprindo os requisitos de apresentação dos PAAs, mas que os auditores têm abordagens diferentes em termos de quantidade e natureza dos PAAs, bem como na materialidade usada nos trabalhos de auditoria.

O novo requisito de divulgação dos PAAs no relatório de auditoria, destinado a melhorar o valor comunicativo do relatório do auditor para os usuários, é dependente do julgamento do auditor; ao considerar a divulgação dos PAAs, os auditores estão mais dispostos a aceitar os tratamentos contábeis utilizados por seus clientes, devido ao chamado "licenciamento moral" (Ratzinger-Sakel & Theis, 2019).

Diante da heterogeneidade das preferências por informações - e os grupos de interesse sobre as demonstrações contábeis deterem conhecimentos limitados e preferências distintas sobre a divulgação dos PAAs - os auditores independentes devem fornecer relatórios de auditoria que sejam transparentes e legíveis, sem informações padronizadas. Na presença de informações padronizadas e relatórios sem transparência e legibilidade necessária, as reações das partes interessadas podem ser opostas aos preceitos esperados pelas normatizações de PAAs, o que pode reduzir a confiabilidade das partes interessadas sobre as demonstrações contábeis e sobre as auditorias independentes (Velte & Issa, 2019).

2.3. Evidências empíricas

Diante as discussões acerca da implantação do novo relatório de auditoria contendo os PAAs, diversos pesquisadores, em diferentes países e mercados, realizaram pesquisas relacionadas ao tema, as quais estão voltadas para analisar a percepção de valor informacional, que este novo relatório de auditoria poderia gerar para os investidores e demais usuários das informações. Outras vertentes se iniciaram sobre a percepção de aumento da responsabilidade dos auditores e da qualidade da auditoria, assim como melhoria na evidenciação das

demonstrações contábeis e financeiras e os impactos sobre os honorários cobrados pelas firmas de auditoria.

Após essa fase inicial, é constatado o início de estudos voltados para compreender as características das firmas de auditoria e das companhias auditadas, sobre a forma como estes PAAs são divulgados. Em sua maioria, estas pesquisas buscam analisar os fatores e determinantes para a quantidade (número) e a legibilidade dos PAAs, bem como entender como estas características afetam a divulgação dos PAAs.

A seguir, relacionam-se pesquisas realizadas sobre os PAAs, divididas por abordagem de estudo, assim como elencam-se os principais resultados e contribuições alcançados. Incialmente são apresentados os estudos direcionados para relevância informacional dos PAAs.

Nas pesquisas realizadas por Christensen et al. (2014), Matos e Cardoso (2017) e Alves Júnior e Galdi (2020) foi investigado se a divulgação dos PAAs proporciona relevância informacional para os investidores. Os resultados destes estudos mostram que os investidores valorizam os relatórios de auditoria quando apresentam os resultados dos procedimentos efetuados nas áreas consideradas como as mais significativas pelo auditor, sendo esta divulgação capaz de mudar as decisões de investimentos, o que gera retornos anormais em períodos de divulgação das demonstrações contábeis e financeiras. Opostos a estes resultados, Lennox e Kausar (2017) e Gutierrez et al. (2018) encontraram que os investidores não consideram que essas divulgações geram conteúdo incremental, e que estas informações sejam relevantes para provocar reações e modificar decisões dos investidores, visto que o conteúdo dos PAAs teria sido evidenciado, em momentos anteriores, pela administração das companhias auditadas.

Nos estudos conduzidos por Kachelmeier et al. (2014), Gimbar et al. (2016a), Brasel et al. (2016), Prasad e Chand (2017), Segal (2017) e Backof et al. (2019) avaliou-se, dentre os seus objetivos, a percepção sobre a responsabilidade dos auditores em relação às novas divulgações, exigidas no relatório de auditoria. Os resultados apresentaram que a exigência de divulgação dos PAAs aumenta a responsabilidade dos auditores, visto que exige maior transparência dos procedimentos adotados na realização dos trabalhos de auditoria, assim como existe o risco de confidencialidade de informações sigilosas dos clientes de auditoria, que os

auditores devem considerar no momento de definição de PAAs. A partir destes resultados, os autores pontuam que este aumento de responsabilidade pode contribuir para que auditores divulguem PAAs acima do necessário, visando eximir sua responsabilidade sobre fatos que possam surgir, porém, essa situação geraria divulgações sem conteúdo incremental para os usuários da informação.

Ademais, estudos como o de In et al. (2020) apresentam, em seus resultados o fato de que o setor de atuação da companhia auditada influencia na percepção de riscos, e as responsabilidades assumidas pelos auditores independentes. Para estes autores, os auditores realizam auditorias de maneira mais conservadora para empresas pertencentes ao setor de produção sob encomenda. Este resultado pode ser interpretado como indicativo de que, devido à introdução dos PAAs, os auditores avaliam que os riscos são mais altos e, desta forma, realizam auditorias de maneira mais conservadora com intuito de reduzir a exposição sobre estes riscos.

Segal (2019), Li et al. (2019) e Reid et al. (2019) avaliaram, entre os seus objetivos, o impacto da implantação do novo relatório de auditoria nos honorários, na qualidade da auditoria e das demonstrações contábeis. Li et al. (2019) identificaram uma melhoria na qualidade da auditoria e um aumento significativo nos honorários. Reid et al. (2019) constataram melhoria na qualidade das demonstrações contábeis; quanto aos honorários de auditoria, não foram constatadas mudanças significativas. Segal (2019), por meio de entrevista estruturadas com especialistas em auditoria, identificou que uma preocupação deste grupo com a implantação do novo relatório é de que, devido aos riscos aumentarem, os honorários necessitariam de incrementos. Em oposição a esses resultados, no estudo de Gutierrez et al. (2018), não foram encontradas evidências de que a mudança regulatória tenha afetado significativamente os honorários ou a qualidade da auditoria.

Chen et al. (2020) analisaram a relação entre as características textuais dos PAAs e os honorários de auditoria. Contando com uma amostra de companhias listadas na bolsa Hong Kong, em 2016, os autores previram que vários fatores afetariam os honorários de auditoria, tais como: a extensão dos PAAs, medida pela quantidade, número de palavras e o número médio de palavras; a complexidade dos PAAs, medida pela média de palavras complexas e a média

de números; o tom dos PAAs, medido pelo número médio de palavras litigiosas e o número médio de palavras modais fracas; a semelhança dos PAAs, medida pela média de semelhança entre os PAAs da empresa e seus pares no setor; a auditoria realizada por *big four*, os períodos de maior demanda por auditorias, a opinião modificada, a auditoria inicial, o tamanho da auditada, a alavancagem, o ativo circulante, o maior estoque e contas a receber, a rentabilidade, o prejuízo no período, o Continente Chinês, as estatais chinesas, o setor de indústrias, as descrições dos riscos, as respostas do auditor aos riscos descritos e a ênfase em risco de controle nas descrições dos riscos.

Os resultados de Chen et al. (2020) evidenciaram que uma maior quantidade de PAAs está relacionada a honorários mais altos. Também foi constatado que auditorias realizadas por *big four*, auditadas maiores, com mais estoques e contas a receber e ativos circulantes, pagam honorários mais altos, enquanto auditorias iniciais possuem impacto negativo nos honorários. Há indícios de que auditorias em períodos de maior demanda possuem relação negativa, mas os resultados não foram consistentes em todas as análises. A complexidade, extensão, tom litigioso e incerto dos PAAs, e nas descrições de riscos, possuem relação positiva com os honorários, enquanto a semelhança na divulgação dos PAAs com pares do setor apresenta relação negativa.

Com o objetivo de avaliar a aplicação do novo relatório de auditoria no contexto da Jordânia em 2017 e 2018, Abdullatif e Al-Rahahleh (2020) realizaram o estudo utilizando-se da análise dos PAAs divulgados e de entrevistas semiestruturadas, realizadas com auditores experientes do país. Os resultados demonstraram que o número de PAAs é relativamente pequeno, enfatizando itens como contas a receber, estoque, reconhecimento de receitas e propriedades para investimento. Os achados também demonstraram que as firmas de auditoria divergem sobre a natureza e conteúdo dos PAAs; tendem a relatar assuntos relativos à indústria (setor de atuação da companhia) e evitam divulgar PAAs relacionadas à governança e aos controles internos. As justificativas para este critério de divulgação é a ambiguidade da norma que instituiu os PAAs, a busca por evitar indisposições com clientes de auditoria e o pouco interesse dos órgãos reguladores sobre o conteúdo divulgados nos PAAs.

No contexto Australiano, Kend e Nguyen (2020) analisaram as divulgações relacionadas a PAAs nos anos de 2017 e 2018, com o objetivo de avaliar os tipos de PAAs divulgados e a repetição de assuntos no segundo ano de divulgação, neste caso em 2018. Contando com uma análise textual dos PAAs, os resultados evidenciaram que os assuntos mais comuns se referem à reavaliação de ágio e ativos intangíveis; ao reconhecimento de receitas; à avaliação de ativos; às aquisições; e à avaliação de explorações. Os autores identificaram que cerca de 70% dos PAAs divulgados em 2018 são iguais aos divulgados em 2017; ademais, os autores identificaram diferenças nas divulgações por firma de auditoria e setores econômicos.

Dentre as pesquisas voltadas para compreender os impactos das características das firmas de auditoria e das companhias auditadas sobre a divulgação dos PAAs, são apresentados, abaixo, os estudos de Velte (2018) e Velte (2019) que tiveram por objetivo avaliar os fatores determinantes para a legibilidade dos PAAs.

O estudo de Velte (2018) teve por objetivo investigar a relação entre a participação de mulheres no comitê de auditoria e a legibilidade dos PAAs; a amostra consistiu-se por companhias do Reino Unido, no período de 2014 a 2015. Adicionalmente, o autor mostrou que o tamanho da entidade auditada, a rentabilidade, a alavancagem, a liquidez, a complexidade, o mercado de atuação, a auditoria realizada por *big four*, a rotação da firma de auditoria, os riscos de descontinuidade operacional, a cotação em bolsa americana e o setor de indústrias poderiam afetar a legibilidade dos PAAs. Os resultados evidenciaram que as companhias com maior participação de mulheres no comitê de auditoria têm maior legibilidade nas divulgações dos PAAs, por apresentarem atividades de monitoramento mais rigorosas e maior prevenção de riscos no comitê de auditoria. Também foi identificado que o tamanho, a rentabilidade, a complexidade da companhia, a auditoria realizada por *big four* e a emissão do risco de continuidade operacional possuem impacto positivo sobre a legibilidade dos PAAs, enquanto a rotação da firma de auditoria possui impacto negativo. As demais variáveis presentes no modelo não apresentaram significância estatística.

Na pesquisa realizada por Velte (2019), o objetivo foi avaliar a relação entre a experiência financeira e de setor dos membros do comitê de auditoria e a legibilidade dos PAAs, com uma amostra de companhias listadas no Reino Unido, no período de 2014 a 2017.

Adicionalmente, foram avaliados o impacto do número de reuniões realizadas em cada ano pelo comitê de auditoria, o tamanho do comitê de auditoria, a auditoria realizada por *big four*, o risco de descontinuidade operacional, a participação de membros independentes no comitê de auditoria, a rotação da firma de auditoria, a liquidez corrente, o mercado de atuação, o setor de indústrias, a alavancagem, a complexidade, a rentabilidade, o tamanho da auditada e a cotação em bolsa americana. O autor se baseou em medidas populares de legibilidade, sendo elas o índice de facilidade de leitura de Flesch e o índice de neblina. Os resultados indicaram que a experiência financeira e de setor dos membros do comitê de auditoria estão correlacionadas positivamente com a legibilidade dos PAAs, sendo que a experiência financeira e do setor combinados possuem um efeito mais forte do que o conhecimento financeiro ou do setor isolados. A rentabilidade, o número de reuniões anuais do comitê de auditoria, a auditoria realizada por *big four*, o risco de continuidade operacional e o setor de indústrias possuem impacto positivo sobre a legibilidade dos PAAs, enquanto a rotação da firma de auditoria possui impacto negativo. As demais variáveis inseridas no modelo não apresentaram significância estatística.

Outra vertente existente na literatura se concentra em analisar os tipos dos PAAs que são divulgados e as características das firmas de auditorias e das companhias auditadas que influenciam a quantidade dos PAAs.

Marques e Souza (2017) tiveram por objetivo analisar os PAAs reportados nos relatórios dos auditores das companhias que compuseram o Ibovespa em 2016; foram analisados os relatórios de auditoria divulgados em 2017, das 49 empresas que compuseram o Ibovespa no último trimestre de 2016. Os resultados demonstraram que foram reportados 171 PAAs, em torno de 3,49 por empresa, sendo estes assuntos voltados para recuperabilidade de ativos, contingências, reconhecimento de receitas e projeção de resultados futuros para a realização de ativos. Em relação ao posicionamento sobre o risco de descontinuidade operacional, apenas duas empresas apresentaram tal informação. Adicionalmente, foi identificado que as companhias auditadas por *big four* e aquelas listadas em níveis diferenciados de governança, apresentaram menores médias de PAAs reportados.

No estudo de Pinto e Morais (2018), o objetivo foi determinar os fatores que influenciam a quantidade dos PAAs. Contando com amostra de 142 empresas do Reino Unido, França e Holanda, no exercício findo de 2016, os autores previam que a alavancagem, a complexidade, o tempo de relacionamento auditor e cliente, os honorários, os padrões contábeis mais precisos, o setor de instituições financeiras, o tamanho da auditada, os estoques e as contas receber, a rentabilidade e a data de encerramento do exercício afetariam o número de PAAs divulgados pelos auditores independentes. Os resultados evidenciaram que a complexidade, os honorários, os padrões contábeis mais precisos, o tamanho da auditada e os estoques e as contas a receber ocasionaram a divulgação de uma quantidade maior dos PAAs. Para os autores, os honorários de auditoria podem estar associados a maiores riscos inerentes ao cliente. Os resultados também demostraram que houve associação negativa entre a quantidade dos PAAs divulgados, a auditoria em instituições financeiras e a rentabilidade da auditada, podendo estar relacionado ao fato de que as instituições financeiras estão em um setor altamente regulado e supervisionado, reduzindo a necessidade de divulgar os PAAs devido a maiores exigências regulamentares.

A pesquisa de Sierra-García et al. (2019) teve por objetivo analisar a influência das características do auditor e do cliente na quantidade e tipo dos PAAs divulgados nos relatórios de auditoria das companhias listadas no FTSE 100 do Reino Unido, durante o período de 2013 a 2016. Foi pontuado pelos autores que a auditoria realizada por *big four*, honorários de auditoria, honorários de outros serviços, materialidade, rotação da firma de auditoria, auditor especialista, tamanho da auditada, alavancagem, liquidez corrente, rentabilidade, prejuízo, complexidade, receitas, estoques, propriedades, imobilizado, *goodwill* e intangíveis, setor de indústrias, data de encerramento do exercício e ano dos dados afetariam a quantidade dos PAAs. Os resultados mostraram que a DELOITTE, a EY e a KPMG tendem a relatar menos PAAs de risco no nível da entidade do que a PWC, enquanto a KPMG e a BDO relatam menos PAAs de risco no nível da conta do que a PWC. Em geral, os auditores de empresas que pagam honorários mais altos para os serviços de auditoria apresentam mais PAAs de risco no nível da entidade e menos PAAs de risco no nível da conta.

Ademais, Sierra-García et al. (2019) mostram, em seus resultados, que as seguintes características do auditor e do cliente podem influenciar a quantidade dos PAAs divulgados, em nível entidade e em nível conta: auditoria realizada por *big four*, honorários, materialidade,

tamanho da auditada, alavancagem, liquidez corrente, rentabilidade, prejuízo, complexidade, receitas, estoques, propriedades, imobilizado, *goodwill* e intangíveis, setor de indústrias, data de encerramento do exercício, ano dos dados. Os autores reforçam que estas descobertas demonstram que as características do cliente e do auditor são relevantes e determinantes para a quantidade e o tipo dos PAAs incluído no relatório de auditoria.

Ferreira e Morais (2019) desenvolveram seu estudo com objetivo de analisar a relação entre as particularidades das companhias auditadas que influenciam na quantidade dos PAAs divulgados em companhias brasileiras. A amostra do estudo consistiu em 447 empresas brasileiras listadas na atual B3, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os autores previam que a auditoria realizada por *big four*, os honorários, a opinião modificada, o setor financeiro, o setor consumo cíclico, o setor consumo não cíclico, o setor utilidade pública, o setor saúde, o setor telecomunicações, o setor bens industriais, o setor materiais básicos, o setor petróleo, gás e biocombustíveis, o setor tecnologia da informação, a complexidade, o risco de continuidade, a rentabilidade, o endividamento afetariam a quantidade dos PAAs divulgados. Os resultados evidenciaram uma relação positiva entre a quantidade dos PAAs e a auditoria ser realizada por *big four*, o setor consumo cíclico, o setor utilidade pública, o setor bens industriais, o setor materiais básicos, o setor petróleo, gás e biocombustíveis, o setor tecnologia da informação e a complexidade. Enquanto, os honorários e a opinião modificada apresentam relação negativa.

Kitiwong e Srijunpetch (2019) almejaram identificar o impacto da cultura nacional na quantidade e no tipo dos PAAs divulgados, com foco em duas dimensões culturais: prevenção a incerteza e masculinidade; as quais são as diferentes dimensões culturais entre a Tailândia, Malásia e Cingapura. Na pesquisa, foram analisadas as divulgações dos PAAs durante o período de 2016 a 2018 de companhias da Tailândia, Malásia e Cingapura, totalizando 174, 364 e 238 observações para cada um dos três países, respectivamente. Foi estipulado pelos autores que o índice de prevenção à incerteza, o índice de masculinidade, a auditoria realizada por *big four*, o tamanho da auditada, a complexidade, os estoques e as contas a receber, a rentabilidade e o ano dos dados afetariam na quantidade e no tipo dos PAAs divulgados pelos auditores. A partir dos resultados, os autores constataram que as características culturais de prevenção de incerteza e masculinidade de um país não afetam a quantidade dos PAAs divulgados pelos auditores. No

entanto, os auditores de um país com forte prevenção à incerteza (Tailândia) possuem maior probabilidade de divulgar PAAs comuns para empresas do mesmo setor. Adicionalmente, observa-se que na auditoria realizada por *big four* existe menor divulgação dos PAAs, enquanto o tamanho e a complexidade da companhia afetam positivamente na quantidade dos PAAs e negativamente no tipo dos PAAs. Estoques e contas a receber impactam positivamente na quantidade e no tipo dos PAAs, enquanto a rentabilidade impacta positivamente no tipo dos PAAs.

Cruz et al. (2019) verificaram a relação entre o conteúdo do novo relatório de auditoria e as características das empresas auditadas e das firmas de auditoria, observando-se a quantidade e os tipos dos PAAs evidenciados para as companhias brasileiras de capital aberto, negociadas na B3 no ano de 2016. As autoras previam que o tamanho da auditada, o endividamento, a idade, o setor regulado, a presença do comitê de auditoria, a diferença temporal entre o encerramento das demonstrações contábeis e a assinatura no relatório de auditoria, a auditoria realizada por *big four*, os honorários, a representatividade do cliente para a firma de auditoria, a rotação da firma de auditoria, o número de exercícios seguidos auditados por uma mesma firma de auditoria, a opinião modificada, as subsidiárias do negócio, a participação de investidores estrangeiros, a emissão de ADR e a listagem no Novo Mercado da B3 afetariam a quantidade e tipo dos PAAs reportados. Os resultados apresentaram maior quantidade de PAAs em companhias maiores, mais endividadas, com mais idade, que possuem mais subsidiárias, que pagam honorários de auditoria mais elevados, que são clientes representativos para a firma de auditoria, auditadas por *big four*, que emitem ADR, estão listadas no Novo Mercado, pertencem a setores regulados e possuem comitê de auditoria. Enquanto o número de exercício seguidos auditados por uma mesma firma de auditoria apresenta relação negativa.

Adicionalmente, no ambiente acadêmico brasileiro, tem ocorrido, após a implantação do novo relatório de auditoria, um interesse crescente de pesquisadores sobre o tema. Relacionam-se, a seguir, pesquisas que avaliaram os impactos do novo relatório de auditoria e a inclusão dos PAAs, assim como seus objetivos e principais resultados.

Wisnik (2018) teve por objetivo analisar a relação existente entre natureza dos PAAs e o setor de atuação das companhias. Os resultados evidenciaram que os PAAs incluídos nos relatórios de auditoria independente, das companhias pertencentes ao mesmo setor de atuação, tendem a apresentar semelhanças, embora sejam influenciados pelo mercado em que a companhia atua e por características específicas da organização.

Gurgel (2018) teve por objetivo de pesquisa investigar se as comunicações dos PAAs impactaram as correspondentes divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis e financeiras. Os resultados indicaram existir evidências de que a implementação do novo relatório de auditoria ampliou o nível de divulgação nas demonstrações contábeis e financeiras, medido com base na extensão das notas explicativas.

Leal (2018) analisou a relevância informacional exercida pela divulgação dos PAAs, com base nos retornos anormais acumulados das ações; foram analisadas companhias não financeiras pertencentes ao Índice Brasil 100 (IBrX 100) da B3. Os resultados foram divididos em 3 das janelas de eventos que passaram sob testes, incluindo as categorias de PAAs sobre continuidade operacional, escândalos corporativos, imobilizado, estoques, tributos e realização de tributos diferidos, foram significantes e demonstraram relação com a geração de retornos anormais negativos nos preços das ações, indicando que esta informação é relevante para o mercado.

No estudo de Ardito (2019), o objetivo foi identificar os determinantes para a quantidade dos PAAs. O pesquisador usou como amostra as 100 maiores empresas em capitalização, em cada uma das seguintes bolsas em 2017: London Stock Exchange, Hong Kong Exchange and Clearing, Deutsche Börse AG, Euronext e B3. O autor previa que o tamanho da auditada, a auditoria realizada por *big four*, a bolsa de cotação - London Stock Exchange, Hong Kong, Deutsche Börse, Euronext e B3 - os bancos, o setor regulado, o relatório de auditoria assinado por mais de um auditor e o sistema legal *Common Law* afetariam na quantidade dos PAAs. Os resultados apresentaram que existe maior quantidade dos PAAs em companhias listada na London Stock Exchange, quando comparadas às brasileiras, enquanto para as bolsas de Hong Kong e Alemanha, que representam mercados maiores do que o brasileiro, o efeito é negativo. Ademais, companhias maiores e pertencentes a setores regulados e de bancos apresentam maior

quantidade de PAAs; o sistema legal e mais de um auditor assinando o relatório de auditoria também podem impactar a quantidade dos PAAs.

Melo (2019) investigou os efeitos na qualidade e nos honorários da auditoria após a implantação do novo relatório dos auditores independentes, que incluiu a seção dos PAAs. Os resultados demonstraram evidências de melhorias na qualidade da auditoria, após a adoção do novo relatório de auditoria. Enquanto os honorários de auditoria não apresentaram alterações estatisticamente significantes, na comparação do período antes e pós adoção dos novos requerimentos.

Carmo (2019) teve por objetivo analisar o processo de implementação das novas regras inseridas no relatório de auditoria e verificar o nível de qualidade observado nos novos relatórios. Os resultados observados demonstraram um bom nível médio de qualidade, estando em um processo de adaptação e aprendizado, visto que foram percebidas melhorias do primeiro para o segundo ano de publicação do relatório em seu novo formato.

Diante os estudos apresentados, poucas pesquisas se concentram em avaliar o que pode influenciar a divulgação dos PAAs (Pinto & Morais, 2018). Velte e Issa (2019) defendem que as pesquisas futuras sobre a divulgação dos PAAs devem buscar aumentar a confiança das partes interessadas sobre este tema, sendo necessário, assim, realizar uma comunicação entre as pesquisas qualitativas e as pesquisas quantitativas empíricas.

A inclusão dos PAAs nos relatórios de auditoria teve por objetivo "tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada" [NBC TA 701 (CFC, 2016)]. Neste contexto, é necessário identificar o conteúdo destes assuntos, e se, com o decorrer do tempo, esses PAAs estão assumindo um padrão de similaridade, ou seja, analisar se os auditores divulgam os mesmos PAAs no decorrer dos anos, bem como, identificar os determinantes para essa similaridade dos PAAs e, adicionalmente, identificar se existem diferenças de similaridades dos PAAs entre os setores econômicos e as firmas de auditoria.

Os estudos sobre o novo relatório de auditoria contendo os PAAs estão concentrados em variadas formas de abordagens e execução, apresentando, conforme esta seção, resultados ainda inconclusivos, o que fortalece a necessidade da realização de novas pesquisas (Melo,

2019). Esta pesquisa contribui para literatura, ao analisar a similaridade dos PAAs e seus determinantes, abordagem pouco explorada em pesquisas anteriores.

Na Tabela 1, abaixo, é evidenciado um resumo das principais evidências empíricas, acerca dos PAAs. São apresentados, os estudos anteriores que utilizaram modelos econométricos para analisar as características das firmas de auditoria, e das companhias auditadas, que influenciam os tipos, a quantidade e a legibilidade dos PAAs, divulgados no relatório de auditoria. Ademais, é evidenciado o estudo de Chen et al. (2020), que avaliou os impactos das características textuais do PAAs, incluindo a semelhança, nos honorários de auditoria.

Tabela 1 - Resumo das principais evidências empíricas.

Autores	Objetivo geral do estudo	Amostra utilizada	Variáveis dependentes	Variáveis independentes e de controle	Principais resultados
Velte (2018)	Investigar a relação entre a participação de mulheres no comitê de auditoria e a legibilidade dos PAAs.	Companhias do Reino Unido no período de 2014 a 2015.	Legibilidade dos PAAs.	Participação de mulheres no comitê de auditoria, tamanho da auditada, rentabilidade, alavancagem, liquidez corrente, complexidade, mercado de atuação, auditoria realizada por *big four*, rotação da firma de auditoria, risco de continuidade operacional, cotação em bolsa americana, setor de indústrias.	Companhias com maior participação de mulheres no comitê de auditoria têm maior legibilidade nas divulgações das PAAs. Tamanho, rentabilidade, complexidade da companhia, auditoria realizada por *big four* e emissão do risco de continuidade operacional possuem impacto positivo sobre a legibilidade dos PAAs, enquanto a rotação da firma de auditoria possui impacto negativo. As demais variáveis não apresentaram significância estatística.
Velte (2019)	Avaliar a relação entre a experiência financeira e de setor dos membros do comitê de auditoria e a legibilidade dos PAAs.	Companhias listadas no Reino Unido no período de 2014 a 2017.	Legibilidade dos PAAs.	Participação de especialistas financeiros no comitê de auditoria, participação de especialistas de setor no comitê de auditoria, participação de especialistas financeiros e de setor no comitê de auditoria, número de reuniões anuais do comitê de auditoria, tamanho do comitê de auditoria, auditoria realizada por *big four*, risco de continuidade operacional, participação de membros independentes no comitê de auditoria, rotação da firma de auditoria, liquidez corrente, mercado de atuação, setor de indústrias, alavancagem, complexidade, rentabilidade, tamanho da auditada, cotação em bolsa americana.	Os resultados indicaram que a experiência financeira e de setor dos membros do comitê de auditoria impactam positivamente na legibilidade dos PAAs, sendo que, a experiência financeira e de setor combinadas possuem um efeito mais forte do que o conhecimento financeiro ou de setor isolados. Rentabilidade, número de reuniões anuais do comitê de auditoria, auditoria realizada por *big four,* risco de continuidade operacional e setor de indústrias possuem impacto positivo sobre a legibilidade dos PAAs, enquanto a rotação da firma de auditoria possui impacto negativo. As

					demais variáveis não apresentaram significância estatística.
Pinto e Morais (2018)	Determinar os fatores que influenciam a quantidade dos PAAs.	Companhias do Reino Unido, França e Holanda no exercício findo de 2016.	Quantidade média dos PAAs.	Alavancagem, complexidade, tempo de relacionamento auditor e cliente, honorários, padrões contábeis mais precisos, setor de instituições financeiras, tamanho da auditada, estoques e contas a receber, rentabilidade, data de encerramento do exercício.	Os resultados apresentam que a complexidade, os honorários, os padrões contábeis mais precisos, o tamanho da auditada e os estoques e contas a receber possuem impacto positivo sobre a quantidade dos PAAs, enquanto o setor de instituições financeiras e a rentabilidade possuem impacto negativo. Também foi identificado que as características culturais e institucionais influenciam a quantidade de PAAs divulgados.
Sierra-García et al. (2019)	Analisar a influência das características do auditor e do cliente na quantidade e tipo dos PAAs.	Companhias listadas em FTSE 100 do Reino Unido no período de 2013 a 2016.	Quantidade dos PAAs, quantidade dos PAAs nível entidade, quantidade dos PAAs nível conta.	Auditoria realizada por *big four*, honorários, honorários outros serviços, materialidade, rotação da firma de auditoria, auditor especialista, tamanho da auditada, alavancagem, liquidez corrente, rentabilidade, prejuízo, complexidade, receitas, estoques, propriedades, imobilizado, *goodwill* e intangíveis, setor de indústrias, data de encerramento do exercício, ano dos dados.	As seguintes características do auditor e do cliente podem influenciar a quantidade dos PAAs, em nível entidade e em nível conta: auditoria realizada por *big four*, honorários, materialidade, tamanho da auditada, alavancagem, liquidez corrente, rentabilidade, prejuízo, complexidade, receitas, estoques, propriedades, imobilizado, *goodwill* e intangíveis, setor de indústrias, data de encerramento do exercício, ano dos dados.
Ferreira e Morais (2019)	Analisar a influência das particularidades das companhias auditadas na quantidade dos PAAs.	Companhias brasileiras listadas na atual B3, em 2016.	Quantidade dos PAAs.	Auditoria realizada por *big four*, honorários, opinião modificada, setor financeiro, setor consumo cíclico, setor consumo não cíclico, setor utilidade pública, setor saúde, setor telecomunicações, setor bens industriais, setor materiais básicos, setor petróleo,	Os resultados evidenciam relação positiva entre a quantidade dos PAAs e a auditoria ser realizada por *big four,* setor consumo cíclico, setor utilidade pública, setor bens industriais, setor materiais básicos, setor petróleo, gás e biocombustíveis, setor tecnologia

				gás e biocombustíveis, setor tecnologia informação, complexidade, risco de continuidade, rentabilidade, endividamento.	informação e complexidade. Enquanto, honorários e a opinião modificada apresentam relação negativa.
Kitiwong e Srijunpetch (2019)	Identificar o impacto da cultura nacional na quantidade e tipo dos PAAs.	Companhia da Tailândia, Malásia e Cingapura, no período de 2016 a 2018	Quantidade dos PAAs; Tipo dos PAAs.	Índice de prevenção à incerteza, índice de masculinidade, auditoria realizada por *big four*, tamanho da auditada, complexidade, estoques e contas a receber, rentabilidade, ano dos dados.	Os resultados apresentam que as características culturais de prevenção à incerteza e masculinidade de um país não afetam um número de PAAs divulgados pelos auditores, no entanto, os auditores de um país com forte prevenção à incerteza (Tailândia) possuem maior probabilidade de divulgar PAAs comuns para as empresas do mesmo setor. Observa-se que a auditoria realizada por *big four* existe menor divulgação dos PAAs, enquanto o tamanho e a complexidade da companhia afetam positivamente na quantidade dos PAAs e negativamente no tipo dos PAAs. Estoques e contas a receber impactam positivamente na quantidade e no tipo dos PAAs, enquanto a rentabilidade impacta positivamente no tipo dos PAAs.
Cruz et al. (2019)	Analisar a relação entre as características das companhias auditadas e da auditoria com a quantidade e o tipo dos PAAs.	Companhias brasileiras listadas na atual B3, em 2016.	Quantidade dos PAAs.	Tamanho da auditada, endividamento, idade, setor regulado, presença do comitê de auditoria, diferença temporal entre o encerramento das demonstrações contábeis e a assinatura no relatório de auditoria, auditoria realizada por *big four*, honorários, representatividade do cliente para a firma de auditoria, rotação da firma de auditoria, número de	Os resultados apresentaram maior quantidade de PAAs em companhias maiores, mais endividadas, com mais idade, que possuem mais subsidiárias, que pagam honorários de auditoria mais elevados, que são clientes representativos para a firma de auditoria, auditadas por *big four*, que emitem ADR, estão listadas no Novo

				exercícios seguidos auditados por uma mesma firma de auditoria, opinião modificada, subsidiárias do negócio, participação de investidores estrangeiros, emissão de ADR, listagem no Novo Mercado da B3.	Mercado, pertencem a setores regulados e possuem comitê de auditoria, enquanto o número de exercício seguidos auditados por uma mesma firma de auditoria apresenta relação negativa.
Ardito (2019)	Identificar os determinantes para a quantidade dos PAAs.	As 100 maiores empresas em capitalização em cada uma das seguintes bolsas em 2017: London Stock Exchange, Hong Kong Exchange and Clearing, Deutsche Börse AG, Euronext e B3.	Quantidade dos PAAs.	Tamanho da auditada, auditoria realizada por *big four*, bolsa de cotação, sendo London Stock Exchange, Hong Kong, Deutsche Börse, Euronext e B3, bancos, setor regulado, relatório de auditoria assinado por mais de um auditor, sistema legal *Common Law*.	Os resultados apresentaram que existe maior quantidade dos PAAs em companhias listada na London Stock Exchange, quando comparadas às brasileiras, enquanto para as bolsas de Hong Kong e Alemanha, que representam mercados maiores do que o brasileiro, o efeito é negativo. Ademais, companhias maiores e pertencentes a setores regulados e de bancos apresentam maior quantidade de PAAs. O sistema legal e mais de um auditor assinando o relatório de auditoria também podem impactar a quantidade dos PAAs.
Chen et al. (2020)	Relação entre as características textuais dos PAAs e honorários de auditoria.	Companhias listadas na bolsa Hong Kong, em 2016.	Honorários de auditoria.	Extensão dos PAAs; medida pela quantidade, número de palavras e o número médio de palavras; complexidade dos PAAs, medida pela média de palavras complexas e média de números; tom dos PAAs, medido pelo número médio de palavras litigiosas e número médio de palavras modais fracas; semelhança dos PAAs, medida pela média de semelhança entre a empresa e seus pares no setor, auditoria realizada por *big four*, períodos de maior demanda por auditorias, opinião	Os resultados evidenciaram que maior quantidade de PAAs estão relacionados a honorários mais altos. Também foi constatado que auditorias realizadas por *big four*, auditadas maiores, com mais estoques e contas a receber e ativos circulantes pagam honorários mais altos, enquanto auditorias iniciais possuem impacto negativo nos honorários. Há indícios de que auditorias em períodos de maior demanda possuem relação negativa, mas os resultados não foram

		modificada, auditoria inicial, tamanho da auditada, alavancagem, ativo circulante, maior estoques e contas a receber, rentabilidade, prejuízo no período, Continente Chinês, estatais chinesas, setor de indústrias, descrições dos riscos, respostas do auditor aos riscos descritos, ênfase em risco de controle nas descrições dos riscos.	consistentes em todas as análises. A complexidade, a extensão, o tom litigioso e incerto dos PAAs e nas descrições dos riscos possuem relação positiva com os honorários; enquanto a semelhança na divulgação dos PAAs com pares do setor apresenta relação negativa.

Fonte: elaborado pelo autor.

2.3.1. Determinantes para similaridade dos PAAs

A partir das evidências empíricas apresentadas na seção anterior, relativa aos estudos que avaliaram as características das companhias auditadas e das firmas de auditoria sobre a legibilidade e a quantidade dos PAAs divulgados, serão apresentados, nesta seção, os fatores que podem ser determinantes para a similaridade dos PAAs.

2.3.1.1. Tamanho da Firma de Auditoria (BIG)

A presença das grandes firmas na realização dos trabalhos de auditoria independente é utilizada em diversas pesquisas no mercado de capitais e em auditoria. Considera-se que estas firmas de auditoria, conhecidas como as *big four* (PWC, EY, KPMG e DELOITTE), fornecem melhor qualidade, devido a expressivos investimentos em recursos humanos e disponibilidades financeiras, o que proporciona a realização dos trabalhos de auditoria com recursos tecnológicos avançados, além de possuírem disponibilidade para investir em melhorias de processos e controle de qualidade; sendo, desta forma, um fator determinante para opinião e extensão da auditoria (Ferreira & Morais, 2019; Francis & Yu, 2009; Krishnan, 2003; Simunic & Stein 1987).

Nas pesquisas em PAAs, Velte (2018) e Velte (2019) empregaram essa variável em seus estudos com o objetivo de avaliar a influência dessa característica das firmas de auditoria sobre a legibilidade dos PAAs. Em ambos os estudos, os resultados apresentaram relação positiva, demonstrando que os PAAs divulgados por firmas de auditorias classificadas como *big four* possuem maior legibilidade em relação aos PAAs de firmas Não *big four*.

Marques e Souza (2017), Sierra-Garcia et al. (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Ferreira e Morais (2019), Cruz et al. (2019) e Ardito (2019) utilizaram essa variável com o objetivo de avaliar a influência do tamanho da firma de auditoria na quantidade e no tipo dos PAAs. Sierra-Garcia et al., (2019) e Kitiwong e Srijunpetch (2019) encontraram em seus resultados que existe uma relação negativa entre a auditoria realizada por *big four* e a quantidade dos PAAs. Esses resultados são opostos aos achados de Ferreira e Morais (2019) e Cruz et al. (2019), nos quais foi identificada uma relação positiva. Adicionalmente, Marques e Souza

(2017) e Ardito (2019) apresentam que companhias auditadas por *big four* registram menores médias dos PAAs, embora não tenha apresentado significância estatística.

Tendo em vista que as firmas auditoria classificadas como *big four* possuem mais recursos financeiros e tecnológicos para realização dos trabalhos de auditoria, elas têm, conforme a literatura analisada, condições de fornecer uma auditoria de melhor qualidade (Marques, Louzada, Amaral, & Souza, 2018). Os estudos que buscaram avaliar a influência dessas firmas de auditoria sobre a quantidade e tipos dos PAAs são inconclusivos; no que se refere à legibilidade, essas firmas apresentam maior legibilidade na divulgação dos PAAs. Diante disto, formula-se a seguinte hipótese, **H1: auditorias realizadas por firma *big four* possuem relação negativa com a similaridade dos PAAs**. Espera-se que as grandes firmas de auditoria possuam maior articulação com os clientes, no sentido de que os responsáveis pela governança das companhias tendam a aceitar as recomendações da auditoria logo no primeiro ano, assim como, buscam adequação e melhorias sobre assuntos que os auditores julgaram sendo relevantes na condução da auditoria, diminuindo a repetição e as similaridades dos PAAs nos próximos períodos.

2.3.1.2. Rotação da Firma de Auditoria (RFA)

A rotação da firma de auditoria provoca diversas reações no mercado e na execução dos trabalhos de auditoria, podendo contribuir para melhoria na independência do auditor e proporcionar impactos positivos na percepção de qualidade do trabalho (Daugherty, Dickins Hatfield & Higgs, 2013; Lennox, Wu & Zhang, 2014; Corbella, Florio, Gotti & Mastrolia, 2015).

Contrapondo os efeitos positivos da rotação da firma de auditoria, em decorrência do rodízio obrigatório ou espontâneo, é identificada uma perda de conhecimento específico relacionado ao cliente, o que pode ocasionar redução na qualidade da auditoria e das demonstrações contábeis em períodos próximos à ocorrência da rotação do auditor (Litt, Sharma, Simpson & Tanyi, 2014). Neste contexto, Lennox et al. (2014) apresentam que ocorre maior frequência de ajustes de auditoria durante o período final do auditor anterior ao rodízio e durante o primeiro ano imediatamente ao ingresso do novo auditor após o rodízio.

Quando o relacionamento entre auditor e cliente é mais extenso, os agentes tornam-se mais propensos a agir em favor da gerência (Tepalagul & Lin, 2015). Nesse contexto, quanto maior for o relacionamento do auditor e cliente, menor a probabilidade de emissão de relatório de auditoria com opiniões modificadas (Levinthal & Fichman, 1988; Vanstraelen, 2000). Adicionalmente, Singer e Zhang (2018) apresentam que mandatos de auditorias mais longos estão associados à diminuição de distorções corrigidas.

Cruz et al. (2019) analisaram se há relação entre a quantidade dos PAAs, a rotação da firma de auditoria e do tempo que uma mesma firma de auditoria audita o cliente, medido em número de anos. Os resultados apresentaram uma relação negativa, indicando que quanto maior o tempo de relacionamento entre auditor e cliente, menor a quantidade dos PAAs, enquanto o resultado em relação à rotação da firma de auditoria não apresentou significância estatística. Segundo as autoras, esse resultado pode estar associado à confiança que os auditores adquirem durante o período longo da auditoria em um mesmo cliente. Pinto e Morais (2018) e Sierra-Garcia et al. (2019) empregaram essas mesmas variáveis em seus estudos, no entanto, os resultados não apresentaram significância estatística.

Velte (2018) e Velte (2019) analisaram os efeitos da rotação da firma de auditoria na legibilidade dos PAAs. Em ambos os estudos, os resultados demonstraram que na ocorrência da rotação da firma de auditoria, apresenta-se uma relação negativa sobre legibilidade dos PAAs.

Diante as evidências - e assumindo que para definir um assunto de auditoria sendo um PAAs envolve o julgamento profissional do auditor – espera-se que a rotação da firma de auditoria por rodízio obrigatório, ou por outros fatores, altere as metodologias de realização dos trabalhos, uma vez que alterando-se o profissional e, consequentemente, o julgamento existente sobre os fatos acontecidos no decorrer da auditoria, poderia repercutir na diminuição da similaridade com PAAs divulgados em períodos anteriores, referente ao julgamento profissional de outro auditor. Dessa forma, apresenta-se a hipótese que, **H2: a rotação da firma de auditoria possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.**

2.3.1.3. Risco de Descontinuidade Operacional (RDO)

Quando a capacidade de continuidade operacional das companhias é considera incerta, torna-se um fator determinante para formação da opinião dos auditores. Essa avaliação é realizada por meio do julgamento sobre a incerteza existente em relação aos resultados futuros da companhia auditada (Marques & Souza, 2017). Quando a incerteza sobre a continuidade se alia a risco de falência da empresa, certamente aumenta a possibilidade de opinião dos auditores com risco de continuidade operacional (Lennox & Kausar, 2017).

Estudos revelaram que auditores estão inclinados a divulgar opinião com risco de continuidade quando a companhia auditada possui índices baixos de lucratividade ou passa a auferir prejuízos (Lee, Jiang & Anandarajan, 2005; Menon & Schwartz, 1987); revelam níveis elevados de alavancagem (Raghunandan & Rama, 1995); apresentam liquidez baixa (Menon & Schwartz, 1987; Raghunandan & Rama, 1995) e apresentam baixa dimensão em seus resultados (McKeown, Mutchler & Hopwood, 1991).

Nas pesquisas em PAAs, Ferreira e Morais (2019) analisaram o impacto do risco de continuidade operacional sobre a quantidade dos PAAs, o sinal esperado foi positivo, no entanto a variável não apresentou significância estatística. Velte (2018) e Velte (2019) analisaram os efeitos da divulgação do risco de descontinuidade operacional, relacionada à legibilidade dos PAAs, os resultados demonstraram uma relação positiva com legibilidade.

Mediante as evidências é esperado que na existência do risco quanto à descontinuidade operacional, os auditores manifestam sobre a incerteza relevante quanto à capacidade da companhia continuar suas operações; assim como, apresentam PAAs evidenciados em auditorias realizadas no exercício anterior, com o objetivo de embasar a ênfase evidenciada e diminuir suas responsabilidades sobre riscos futuros. Desta forma, formula-se a hipótese que, **H3: o risco de descontinuidade operacional possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.**

2.3.1.4. Auditoria com Opinião Modificada (MOD)

Apesar de opiniões modificadas não poderem ser substituídas por PAAs [NBC TA 701, (CFC, 2016)], Ferreira e Morais (2019) ressaltam que provavelmente os auditores, ao emitirem

uma opinião sem modificação sobre as demonstrações financeiras, podem apresentar maior quantidade de PAAs no relatório de auditoria. Para Velte (2018), a opinião de auditoria modificada deve estar associada positivamente à divulgação dos PAAs, pois nessas situações há um aumento do risco sobre a firma de auditoria.

Nas pesquisas em PAAs, Cruz et al. (2019) e Ferreira e Morais (2019) utilizaram essa variável em seus estudos com o objetivo de verificar seu impacto sobre a quantidade dos PAAs; o resultado esperado era uma relação negativa. Os resultados de Ferreira e Morais (2019) confirmaram que as companhias com opinião de auditoria modificada em seu relatório de auditoria apresentam uma quantidade menor dos PAAs; enquanto no estudo de Cruz et al. (2019), o resultado não apresentou significância estatística.

Em relação à similaridade, é esperado que, na existência de uma opinião modificada no relatório de auditoria, os auditores tendem a reportar o que seria PAAs na seção "base para opinião", o que poderia diminuir a quantidade de PAAs reportados e sua similaridade com os exercícios anteriores. Dessa forma, apresenta-se a seguinte hipótese, **H4: a emissão da opinião de auditoria modificada possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.**

2.3.1.5. Comitê de Auditoria (TCA)

A presença do comitê de auditoria em companhias exige uma auditoria independente mais rigorosa, visto que o auditor independente trabalha junto ao comitê de auditoria em suas funções de monitoramento. Posto isso, a composição deste comitê de auditoria possui impacto no grau de cooperação entre o próprio comitê e a auditoria independente (Velte, 2018). O comitê de auditoria busca debater e aprovar políticas contábeis, que devem influenciar a companhia em relação à divulgação (Khan, Muttakin & Siddiqui, 2013). Evidências demonstram a existência de uma relação positiva entre o comitê de auditoria e a qualidade dos relatórios financeiros (Pomeroy e Thornton, 2008).

Nas pesquisas em PAAs, Velte (2019) avaliou o impacto da presença e do tamanho do comitê de auditoria na legibilidade dos PAAs divulgados; os resultados demonstraram uma relação positiva, indicando que quanto maior o tamanho do comitê de auditoria, maior a legibilidade dos PAAs. No estudo de Cruz et al. (2019), foi analisada a existência do comitê de

auditoria nas companhias e sua influência sobre a quantidade dos PAAs. Os resultados apresentaram uma relação positiva, indicando que a existência do comitê de auditoria nas companhias possui relação positiva com a quantidade dos PAAs.

Diante o exposto, se formula a hipótese **H5: a existência do comitê de auditoria possui relação negativa com a similaridade dos PAAs**; haja vista que os membros do comitê poderão discutir junto aos auditores assuntos relacionados à auditoria, melhorando a compreensão sobre padrões contábeis e influenciando a divulgação das demonstrações contábeis em períodos futuros. Esse diálogo sobre PAAs, entre os membros do comitê de auditoria e auditores independentes, pode contribuir para melhorar a compreensão de normativos contábeis; e assuntos de auditoria, no julgamento dos auditores poderiam não ser considerados novamente PAAs em períodos futuros.

2.3.1.6. Honorários da Auditoria (HON)

Os valores referentes aos honorários cobrados para realização da auditoria podem estar associados positivamente aos riscos financeiros, estratégicos e operacionais identificados nas companhias auditadas (Yang, Brink, Wier, 2018). Bortolon, Sarlo e Santos (2013) corroboram que os auditores cobram honorários elevados para clientes quando é identificada exposição a maiores riscos de governança na companhia.

Pinto e Morais (2018) esperavam que a relação entre honorários cobrados pela auditoria e a quantidade dos PAAs fosse negativa. Os achados destes autores, entretanto, contrariaram sua hipótese, pois apresentam uma relação positiva entre os honorários cobrados e a quantidade dos PAAs. A justificativa para esse efeito se faz em virtude da relação entre honorários e riscos de litígios com os clientes, indicando que estes riscos podem influenciar a relação com o cliente de auditoria. Esses resultados estão alinhados às hipóteses e aos resultados de Sierra-Garcia et al. (2019) e Cruz et al. (2019), nos quais foi encontrado efeito positivo dos honorários de auditoria na quantidade dos PAAs. Ao contrário do esperado, Ferreira e Morais (2019) encontraram uma relação negativa entre os honorários e a quantidade dos PAAs.

Chen et al. (2020) analisaram os efeitos das características textuais dos PAAs sobre os honorários de auditoria. Dentre os resultados, foi constatado que a quantidade, a complexidade,

a extensão, o tom litigioso e incerto dos PAAs e nas descrições de riscos possuem relação positiva com os honorários, enquanto a semelhança na divulgação dos PAAs com pares do setor apresenta relação negativa.

Acredita-se que maiores honorários cobrados para realização da auditoria estejam associados a maiores riscos identificados nos clientes, bem como a maior extensão dos trabalhos, o que poderia ajudar a identificar mais PAAs. Diante desses riscos, os auditores podem repetir assuntos de auditoria evidenciados em períodos passados, buscando diminuir sua responsabilidade sobre eventos futuros na companhia. Dessa forma, apresenta-se a hipótese **H6: o valor dos honorários de auditoria possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.**

2.3.1.7. Tamanho da Companhia (ATT)

Há evidências de que companhias maiores possuem mais poder para negociar com os auditores, no que se refere a trabalhos e a honorários (Casterella, Francis, Lewis & Walker, 2004; Huang, Liu, Raghunandan e Dasaratha, 2007); portanto, estes grandes clientes podem fazer pressão para que os auditores divulguem menor quantidade dos PAAs (Pinto & Morais, 2018). No entanto, as companhias maiores podem exigir mais recursos da auditoria independente (Velte, 2018).

Os auditores possuem maior probabilidade de questionarem sua independência em relação a clientes mais importantes (DeAngelo, 1981; Reynolds e Francis, 2000) e os clientes maiores se beneficiam de sua capacidade de negociação e de sua importância para o auditor, possuindo menor probabilidade de receberem uma opinião de auditoria qualificada (McKeown et al., 1991; Chung e Kallapur, 2003).

Nos estudos de PAAs, Pinto e Morais (2018), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Sierra-Garcia et al. (2019), Cruz et al. (2019) e Ardito (2019) foi analisado o impacto do tamanho da companhia sobre a quantidade dos PAAs. Os resultados, em ambos os estudos, demonstraram a existência de uma relação positiva entre o tamanho da companhia auditada e a quantidade dos PAAs. Velte (2018) e Velte (2019) analisaram o impacto do tamanho das companhias auditadas sobre a legibilidade dos PAAs; no estudo de Velte (2018), os resultados demonstraram a existência de uma relação positiva, enquanto o resultado de Velte (2019) não apresentou

significância estatística. O parâmetro mais utilizado para medir este impacto foi o total dos ativos; adicionalmente foi identificada a utilização do total das receitas no estudo de Ardito (2019).

Diante o exposto, presume-se que devido à importância de grandes clientes para as firmas de auditoria, e por estas grandes companhias deterem maior influência sobre os auditores, é de se esperar que os auditores tendam a aceitar com maior facilidade o tratamento contábil destes clientes. Além disso, grandes companhias possuem maiores recursos para adequação e compreensão de normativos contábeis, o que poderia diminuir a possibilidade de um assunto ser classificado como PAAs. Dessa forma, apresenta-se a hipótese **H7: o tamanho da companhia possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.** Visto que as firmas de auditoria estão mais dispostas a aceitar os tratamentos contábeis desses clientes; diminuindo, dessa forma, a repetição dos PAAs de um período corrente com o período anterior.

2.3.1.8. Alavancagem (ALV)

Chan e Walter (1996) demonstram que companhias que possuem valores elevados de endividamento apresentam maiores riscos financeiros. Nesse sentido, Ferreira e Morais (2019) demonstram que é pertinente avaliar se empresas com maior endividamento podem revelar maior quantidade dos PAAs. Em geral, a alavancagem financeira envolve maior risco financeiro, consequentemente expõem as companhias a maior risco de litígio (Pinto & Morais 2018).

Quando o risco financeiro da companhia auditada aumenta, os auditores tendem a fazer uma revisão mais detalhadamente, o que pode gerar maiores esforços de auditoria e aumentar a cobrança por honorários (Nelson, Ronen, & White, 1988). Este aumento nos esforços de auditoria para reduzir a exposição a riscos e diminuir a responsabilidade dos auditores tende a melhorar a identificação dos PAAs e ampliar sua divulgação (Pinto & Morais, 2018).

As pesquisas em PAAs, Pinto e Morais (2018), Sierra-Garcia et al. (2019), Cruz et al. (2019) e Ferreira e Morais (2019) avaliaram os efeitos do endividamento sobre a quantidade dos PAAs divulgados. No estudo de Sierra-Garcia et al. (2019) foi encontrada relação negativa, enquanto Cruz et al. (2019) identificou relação positiva. Os demais estudos não apresentaram significância estatística, apesar de o efeito esperado ser positivo. Velte (2018) e Velte (2019)

analisaram os efeitos do endividamento sobre a legibilidade dos PAAs, o efeito esperado foi positivo, mas não houve significância estatística nos resultados.

Os auditores, ao identificarem maiores riscos financeiros em seus clientes, tendem a aumentar os procedimentos de auditoria na busca por diminuir sua exposição a riscos. Estes procedimentos adicionais podem contribuir para aumentar a divulgação dos PAAs, dessa forma, auditores podem buscar repetir assuntos de auditoria visando a diminuir sua responsabilidade sobre eventos futuros. Diante isso, formula-se a hipótese **H8: a alavancagem da companhia possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.**

2.3.1.9. Rentabilidade do Ativo (ROA)

Para Dopuch, Holthausen e Leftwich (1987), a divulgação de prejuízos é fator significante na determinação da opinião dos auditores. Outros estudos demonstraram que companhias que apuram prejuízos apresentam indícios de maiores riscos (Ireland, 2003; Ye, Carson, & Simnett, 2011).

Os auditores tendem a rever minuciosamente companhias com prejuízos, ou pouco rentáveis, o que pode resultar em aumento de esforços na condução da auditoria. Esse aumento nos esforços dos auditores para reduzir suas responsabilidades tende a melhorar os procedimentos de auditoria e, portanto, maior quantidade dos PAAs (Pinto & Morais, 2018; Ferreira & Morais, 2019). Ademais, a constância de resultados negativos e perdas no tempo também são indicadores para o auditor avaliar a capacidade de continuidade operacional da companhia auditada (Gallizo & Saladrigues, 2016).

Provavelmente auditores de companhias com menores índices de rentabilidade e que apresentam maiores riscos operacionais sintam-se pressionados a divulgar PAAs, buscando assegurar sua independência (Ferreira & Morais, 2019). Zanchun, Chun e Jianming (2010) e Habib (2013) avaliaram que companhias rentáveis estão associadas a melhores opiniões de auditoria, pois não são pressionadas a manipularem informações para agradar o mercado.

Companhias com melhores níveis de rentabilidade possuem menor probabilidade de descumprir apontamentos da auditoria e receber um relatório dos auditores independentes com opinião modificada (Beasley, Carcello & Hermanson, 1999; Laitenen & Laitenen, 1998;

Loebbecke, Eining & Willingham, 1989). Adicionalmente, Bellovary, Giacomino e Akers (2007) avaliaram que rentabilidade é um fator que explica a inclusão de uma ênfase sobre a incerteza de continuidade operacional, isso é, quanto maior o nível de rentabilidade, menor a probabilidade de a empresa auditada receber uma ênfase sobre esse risco. Ademais, a rentabilidade é vista, em geral, associada à viabilidade futura dos negócios (Ferreira & Morais, 2019; Pinto & Morais, 2018).

Companhias que possuem prejuízos, ou menores índices de rentabilidade, estão propensas a usarem práticas de contabilidade mais "criativas" na preparação de suas demonstrações contábeis, o que tende a aumentar a probabilidade de receberem uma opinião modificada ou aumento na quantidade dos PAAs (Pinto & Morais, 2018).

Nas pesquisas em PAAs, Pinto e Morais (2018), Sierra-Garcia et al. (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Ferreira e Morais (2019) analisaram o impacto da rentabilidade sobre a quantidade dos PAAs. Os resultados de Pinto e Morais (2018) demonstraram relação negativa, enquanto Kitiwong e Srijunpetch (2019) identificaram relação positiva, os demais estudos não apresentaram significância estatística. Velte (2018) e Velte (2019) analisaram os efeitos da rentabilidade sobre a legibilidade dos PAAs, os resultados evidenciaram uma relação positiva, indicando que companhias mais rentáveis possuem maior legibilidade dos PAAs. O parâmetro utilizado para medir a rentabilidade nestes estudos foi o ROA, com exceção de Pinto e Morais (2018), que utilizaram o EBTIDA.

Posto isso, é de se esperar que companhias com maiores índices de rentabilidade apresentem maior conformidade com padrões contábeis exigidos por órgãos reguladores; tendem apresentar menor gerenciamento de resultados e utilização de práticas "criativas" de contabilidade. Ademais, os auditores estão mais propensos a reportar menos PAAs devido à melhor conformidade da companhia auditada, também por se sentirem mais confortáveis no que se refere aos riscos da auditoria e da companhia. Essa confiança adquirida por parte dos auditores independentes, sobre as práticas contábeis da companhia auditada, poderia diminuir a possibilidade de repetição dos PAAs em períodos futuros. A partir das evidências apresentadas, se apresenta a hipótese **H9: a rentabilidade do ativo possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.**

2.3.1.10. Complexidade (CPX)

A complexidade do cliente de auditoria pode levar a maiores esforços e atenção dos auditores, logo quanto maior o número de segmentos da empresa, uma maior quantidade de PAAs deverá ser esperada (Ferreira & Morais, 2019). Para Litt et al. (2014), quanto maior for a complexidade dos grandes clientes de auditoria, e mais acentuado for a curva de aprendizado nestes clientes, são conferidos desafios para todos os sócios, inclusive para a firma de auditoria responsável pelo trabalho.

Companhias que possuem maior complexidade, medido por elevado número de segmentos no negócio e padrões contábeis de elevada precisão, tendem a apresentar e ocasionar a divulgação de uma quantidade maior dos PAAs (Pinto & Morais, 2018). Neste contexto, o número de segmentos do negócio pode representar um fator de risco, que assume impacto positivo na divulgação dos PAAs (Velte, 2018). Para o estudo destes autores, a complexidade foi medida pelo número de segmentos do negócio.

Nos estudos em PAAs, Pinto e Morais (2018), Ferreira e Morais (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Cruz et al. (2019) e Sierra-Garcia et al. (2019) foram analisados os efeitos da complexidade das companhias auditadas sobre a quantidade de PAAs divulgados. Os resultados de Pinto e Morais (2018), Cruz et al. (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019) e Ferreira e Morais (2019) apresentaram relação positiva, indicando que existe maior quantidade de PAAs reportados para clientes mais complexos; contrariando esse resultado, Sierra-Garcia et al. (2019) encontrou uma relação negativa. Os estudos de Velte (2018) e Velte (2019) analisaram o impacto da complexidade da companhia auditada sobre a legibilidade dos PAAs, ambos os resultados apresentaram relação positiva, mas apenas o estudo de Velte (2018) apresentou significância estatística.

Com base nas evidências apresentadas, espera-se que a complexidade do cliente esteja associada a uma curva de aprendizado maior por parte dos auditores independentes, maior complexidade das operações auditadas e necessidade de aumento nas discussões quanto à aplicação das normas contábeis, aumentando, desta forma, a exposição do auditor sobre riscos da auditoria. Em virtude disso, se fórmula a hipótese **H10: a complexidade da companhia possui relação positiva com a similaridade dos PAAs**, haja vista que os auditores tendem a

repetir assuntos de auditorias visando a diminuir sua exposição a riscos, assim como, a complexidade das operações do cliente exigiria maior discussão de assuntos de auditoria e dificuldade na aplicação de normas.

3. METODOLOGIA

Neste tópico, são evidenciados os procedimentos metodológicos utilizados para responder aos objetivos propostos pela presente pesquisa. Para tal, esse tópico do estudo se subdivide em: “Tipologia da pesquisa”, “Fontes dos dados”, “Amostra”, “Descrição das variáveis utilizadas na pesquisa” e “Abordagem estatística”.

3.1. Tipologia da pesquisa

As pesquisas descritivas buscam medir, avaliar ou coletar dados sobre variados aspectos, dimensões ou componentes que estão sendo pesquisados (Martins & Theóphilo, 2009). De acordo com Vergara (2000), a pesquisa descritiva expõe características de determinada amostra. Nesse contexto, esta pesquisa classifica-se como descritiva, uma vez que, para consecução dos objetivos propostos no estudo, apresenta os determinantes para similaridade dos PAAs divulgados para as companhias de capital aberto negociadas na B3, bem como quais influências destes determinantes detêm sobre a similaridade dos PAAs.

A estratégia documental do tipo ex-post facto se refere a pesquisas que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências e o momento em que se analisa os dados é posterior à época de sua ocorrência (Martins & Theóphilo, 2016). Neste sentido, a presente pesquisa classifica-se como documental do tipo ex-post facto, uma vez que faz uso de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), de Relatórios dos Auditores Independentes e de Relatórios da Administração, contidos no Formulário de Referência de cada companhia analisada, para que se possa compor a amostra da pesquisa. Além disso, os dados extraídos de cada um desses relatórios são provenientes de ocorrências já realizadas.

A pesquisa quantitativa é aquela que utiliza de procedimentos estatísticos e econométricos para atingir os objetivos delineados (Beuren, 2003). Conforme Martins e Theóphilo (2009), na abordagem quantitativa, os dados são apurados e organizados, sumarizados, caracterizados e interpretados por meio da aplicação de métodos e técnicas estatísticas. Nesse sentido, a presente pesquisa classifica-se, também, como quantitativa, pois fará uso de modelagem econométrica para responder aos seus objetivos.

3.2. Fonte dos dados

No intuito de responder quais são os determinantes para similaridade dos PAAs divulgados no relatório de auditoria independente das companhias de capital aberto negociadas na B3, o presente estudo tem como período de análise os anos de 2016 a 2019. O recorte temporal utilizado nesse estudo justifica-se pela implementação do novo relatório de auditoria e a exigência de divulgação dos PAAs terem se tornado vigentes a partir dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 (CFC, 2016).

Os dados utilizados nesta pesquisa - para a proposição de modelos econométricos, referente à variável dependente Similaridade (SIM) - foram obtidos por meio de análise de conteúdo dos relatórios dos auditores independentes das companhias, sendo 1 (um) relatório por exercício encerrado. Os relatórios dos auditores independentes foram obtidos por meio do Formulário de Referência, disponível no site da B3, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Relação com Investidores (RI) das companhias que compõem a amostra.

As variáveis independentes Tamanho da Firma de Auditoria (BIG), Rotação da Firma de Auditoria (RFA), Risco de Descontinuidade Operacional (RDO), Auditoria com Opinião Modificada (MOD), Comitê de Auditoria (TCA), Honorários de Auditoria (HON), Tamanho da Companhia (ATT), Alavancagem (ALV), Rentabilidade do Ativo (ROA) e Complexidade (CPX) que integram o modelo proposto nesta pesquisa foram obtidas, também, por meio da B3, CVM e RI das companhias. Adicionalmente, a obtenção dos dados amostrados foi realizada utilizando-se o banco de dados Economatica®.

3.3. Amostra

A população deste estudo compreende todas as companhias listadas na B3 no período de 2016 a 2019 (B3, 2020a), exceto o setor financeiro, num total de trezentas e nove (309) companhias, sendo esperado novecentas e vinte e sete (927) observações. O setor financeiro foi excluído da amostra por caracterizar um setor econômico altamente regulado, com índices controladas por órgãos reguladores; também foram excluídas da amostra, as companhias que não possuíam informações suficientes para o cálculo do índice de similaridade dos PAAs. O

ano de 2016 foi utilizado como base para o cálculo do índice de similaridade dos PAAs e as variáveis explicativas estimadas no modelo referem-se ao período de 2017 a 2019.

Tabela 2 - Amostra da pesquisa

Setor de Atuação	Número de Companhias	Porcentagem da amostra total
Bens Industriais	59	19,1%
Comunicações	5	1,6%
Consumo Cíclico	84	27,2%
Consumo Não Cíclico	25	8,1%
Materiais Básicos	30	9,7%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	3,6%
Saúde	21	6,8%
Tecnologia da Informação	10	3,2%
Utilidade Pública	47	15,2%
Outros	17	5,5%
Total	**309**	**100%**

Fonte: elaborado pelo autor.

3.4. Descrição das variáveis utilizadas na pesquisa

As variáveis independentes (explicativas) buscam prever, descrever ou verificar o comportamento da variável dependente (explicada) sobre determinadas circunstâncias. Desta forma, neste estudo, as variáveis independentes compreendem as características das companhias auditadas e das firmas de auditoria que são determinantes para a Similaridade (SIM) dos PAAs divulgados pelas firmas de auditoria e atribuídos às companhias de capital aberto negociadas na B3. As variáveis explicativas foram atribuídas ao modelo conforme literatura nacional e internacional relacionada à pesquisa em auditoria e PAAs.

3.4.1. Variável dependente

Similaridade (SIM) representa a variável dependente do objetivo geral e o primeiro objetivo específico. Esse índice de similaridade assume a porcentagem dos PAAs divulgados para a companhia no período corrente, que são iguais aos PAAs divulgados para a mesma companhia no período anterior. O índice de similaridade tem sido aplicado em recentes estudos relacionados à divulgação de Notas Explicativas de companhias de capital aberto; nesta pesquisa são considerados os estudos de Santos et al. (2019) e Silva et al. (2018).

Nas pesquisas em PAAs, estudos recentes avaliaram a repetição de PAAs, no segundo ano de divulgação Kend e Nguyen (2020), e as influências da semelhança dos PAAs nos honorários de auditoria Chen et al. (2020).

Kend e Nguyen (2020) utilizaram a metodologia de análise de conteúdo dos PAAs, avaliando se os auditores utilizaram descrições dos procedimentos de auditoria iguais ou diferentes, ao relatar os mesmos PAAs no segundo ano de divulgação. Enquanto Chen et al. (2020) analisaram a média de similaridade dos PAAs de uma companhia, com seus pares do setor econômico de atuação.

A metodologia utilizada nos estudos de Santos et al. (2019) e Silva et al. (2018) para mensurar o índice de similaridade foi a utilização de softwares de análise de conteúdo e plágio, que oportunizou a quantificação do percentual de similaridade das notas explicativas com conteúdo da internet e a comparação das notas explicativas das companhias analisadas de períodos anteriores ou entre as companhias da amostra, além da comparação com documentos manipulados para realização do estudo. Dessa forma, a quantificação do índice foi reportada em porcentagem de similaridade das Notas Explicativas analisadas e os parâmetros utilizados para comparação, sendo que quanto mais próximo de 100%, maior é a similaridade entre os documentos comparados e os parâmetros utilizados para comparação, o que torna as notas explicativas genéricas e pouco informativas.

Utilizando-se dos parâmetros empregados nos estudos de Silva et al. (2018), Santos et al. (2019), Kend e Nguyen (2020) e Chen et al. (2020) para a análise da similaridade em relatórios financeiros e PAAs, procedeu-se à elaboração do índice de similaridade dos PAAs. Este indicador da similaridade representa o percentual de PAAs divulgado no relatório de auditoria do período corrente, que são iguais aos PAAs divulgados no relatório de auditoria imediatamente anterior. Neste contexto, o indicador é obtido por meio da análise do título dos PAAs divulgados nos relatórios de auditoria, a partir da qual foi apurado o número de PAAs do período corrente (t) que são iguais ao do período imediatamente anterior (t - 1) e, posteriormente, dividido em razão do total de PAAs do período corrente (t), conforme demonstrada na fórmula (1).

$$SIM = \frac{\sum PAAs\ t = PAAs\ t-1}{\sum PAAs\ t} \quad (1)$$

Onde,

SIM: índice de similaridade dos PAAs;

∑PAAs t = PAAs t – 1: somatório do número de PAAs do período corrente que são iguais ao período imediatamente anterior;

∑PAAs t: somatório do número de PAAs do período corrente.

3.4.2. Variáveis independentes

Para explicar a variável dependente, ou seja, apresentar quais as características da companhia auditada e da firma de auditoria - que contribuem na determinação da Similaridade (SIM) dos PAAs, divulgados pelas firmas de auditoria e atribuídos às companhias de capital aberto, negociadas na B3 no período de 2016 a 2019 - foram selecionadas na literatura as variáveis independentes especificadas abaixo.

A Tabela 3 apresenta todas as variáveis utilizadas no modelo, dependente e independentes; a fórmula aplicada, o embasamento teórico obtido na literatura e o comportamento esperado, o qual foi consubstanciado com estudos anteriores relacionados à auditoria, aos principais assuntos de auditoria e à evidenciação contábil no mercado de capitais, apresentados na seção 2.3.1.

Tabela 3 - Variáveis utilizadas na pesquisa, embasamento teórico e comportamento esperado.

Variável	Descrição	Fórmula aplicada	Embasamento teórico	Comportamento esperado
SIM	Similaridade	$SIM = \frac{\sum PAAs\ t\ =\ PAAs\ t\ -1}{\sum PAAs\ t}$	Silva et al. (2018); Santos et al. (2019); Kend e Nguyen (2020); Chen et al. (2020)	N/A
BIG	Tamanho da Firma de Auditoria	*dummy*, BIG = 1 para auditorias realizada por *big four*, 0 caso contrário	Velte (2018); Velte (2019); Sierra-Garcia et al. (2019); Kitiwong e Srijunpetch (2019); Ferreira e Morais (2019), Cruz et al. (2019); Ardito (2019)	Negativo
RFA	Rotação da Firma de Auditoria	*dummy*, RFA = 1 ocorreu rotação da firma de auditoria no período corrente em relação ao período anterior, 0 caso contrário	Velte (2018) ; Sierra-Garcia et al. (2019); Cruz et al. (2019); Velte (2019)	Negativo
RDO	Risco de Descontinuidade Operacional	*dummy*, RDO = 1 existe risco de descontinuidade operacional evidenciado no relatório de auditoria, 0 caso contrário	Velte (2018); Ferreira e Morais (2019); Velte (2019)	Positivo
MOD	Auditoria com Opinião Modificada	*dummy*, MOD = 1 opinião modificada no relatório de auditoria, 0 caso contrário	Ferreira e Morais (2019); Cruz et al. (2019)	Negativo
TCA	Comitê de Auditoria	*dummy*, TCA = 1 existe o comitê de auditoria na companhia auditada, 0 caso contrário	Velte (2018); Cruz et al. (2019); Velte (2019)	Negativo
HON	Honorários de Auditoria	HON = valor dos honorários de auditoria/ativo total da companhia auditada	Pinto e Morais (2018); Ferreira e Morais (2019); Sierra-Garcia et al. (2019); Cruz et al. (2019)	Positivo
ATT	Tamanho da Companhia	ATT = logaritmo natural do ativo total	Pinto e Morais (2018); Velte (2018); Ferreira e Morais (2019); Kitiwong e Srijunpetch (2019); Sierra-Garcia et al. (2019); Ardito (2019); Velte (2019); Cruz et al. (2019)	Negativo
ALV	Alavancagem	ALV = capital de terceiros/capital próprio	Pinto e Marais (2018); Velte (2018); Sierra-Garcia et al. (2019); Ferreira e Morais (2019); Velte (2019); Cruz et al. (2019)	Positivo

ROA	Rentabilidade do Ativo	ROA = resultado do período corrente/ativo total do período corrente	Pinto e Morais (2018); Velte (2018); Sierra-Garcia et al. (2019); Kitiwong e Srijunpetch (2019); Ferreira e Morais (2019); Velte (2019)	Negativo
CPX	Complexidade	CPX = quantidade de controladas	Pinto e Morais (2018); Velte (2018); Ferreira e Morais (2019); Kitiwong e Srijunpetch (2019); Sierra-Garcia et al. (2019); Velte (2019); Cruz et al. (2019)	Positivo

Fonte: elaborado pelo autor.

3.5. Abordagem estatística

A aplicação de técnicas estatísticas, na presente pesquisa, se subdivide em dois tópicos: “Descrição dos dados que integram a pesquisa”, “Testes de médias” e “Modelagem econométrica”. A descrição dos dados da pesquisa, utilizada neste estudo, apresenta como escopo descrever a amostra utilizada no estudo, evidenciando possíveis tendências dos dados amostrados e auxiliando, também, no processo de detecção de observações atípicas que possam comprometer a modelagem econométrica proposta pela pesquisa.

3.5.1. Descrição dos dados que integram a pesquisa

Como o presente estudo pretende identificar os determinantes para similaridade dos PAAs em companhias de capital aberto negociadas na B3, faz-se necessária, como passo inicial do estudo, a descrição dos dados que integram a amostra utilizada pela pesquisa.

A descrição dos dados pode ser vista como um passo inicial no processo de análise dos dados de um determinado estudo. Nesse sentido, é a partir das estatísticas descritivas de uma determinada amostra que se estabelecem os procedimentos que irão integrar análises mais profundas sobre determinado evento de interesse. A descrição de um conjunto de dados se baseia em medidas de tendência central (média, moda e mediana) e medidas de variabilidade (desvio padrão e coeficiente de variação) (Soares & Siqueira, 2002). Neste estudo, a estatística descritiva baseia-se na construção de tabelas que apresentam medidas de resumo e variabilidade referentes ao conjunto de dados analisados.

3.5.2. Teste de diferenças de médias

Visando responder ao segundo objetivo específico, que busca verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as firmas de auditoria; e para responder ao terceiro objetivo específico, que busca verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os setores econômicos que integram a amostra da pesquisa, faz-se necessária a análise da existência de diferença estatisticamente significativa entre as firmas de auditoria e os setores da amostra. Os testes de diferenças de médias dependem da natureza da amostra que será submetida à análise, ou seja, da existência de normalidade ou não dos dados amostrados.

Nesse sentindo, caso se verifique a existência de normalidade, faz-se necessária a aplicação de um teste paramétrico; caso contrário, será necessária a aplicação de teste não paramétrico (Siegel, & Castellan Jr, 2008).

Nesse contexto, caso seja verificada a existência de normalidade dos dados, faz-se necessária a utilização do teste t-Student, que corresponde a teste não paramétrico para dados não emparelhados ou independentes (aplicável quando o evento a ser comparado ocorre para grupo de elementos amostrais distintos). Caso se verifique a inexistência de normalidade, deve-se utilizar o teste não paramétrico para dados não emparelhados; o teste de Mann Whitney evidencia a existência de diferenças significativas entre dois grupos. Caso o número de grupos a ser comparado seja superior a 2 (dois), faz-se necessária a aplicação do teste não paramétrico de Kruskal Waliis. Em todos os testes anteriormente citados, a hipótese nula evidencia a igualdade em relação à média/mediana para os grupos analisados (Siegel, & Castellan Jr, 2008).

O teste de média entre as firmas de auditoria foi distribuído entre as firmas *big four* (PWC, EY, KPMG e DELOITTE) e as firmas Não *big four* (Nbig); enquanto para os setores econômicos, foram objeto de comparação os setores existentes atualmente na B3, após a exclusão do setor Financeiro. As companhias que compõem a amostra estão listadas em 10 setores econômicos, sendo: Bens Industriais (SETBI); Comunicações (SETC); Consumo Cíclico (SETCC); Consumo Não Cíclico (SETNC); Materiais Básicos (SETMB); Petróleo, Gás e Biocombustíveis (SETPGB); Saúde (SETS); Tecnologia da Informação (SETTI); Utilidade Pública (SETUP) e Outros (SETO) (B3, 2020b), conforme detalhado na Tabela 2.

3.5.3. Modelagem econométrica

Com vistas a verificar quais são os determinantes para a similaridade dos PAAs das companhias de capital aberto negociadas na B3, o presente estudo faz uso de modelagem econométrica para responder ao referido objetivo. No intuito de embasar a modelagem econométrica proposta nesta seção, foram identificados, na literatura, os modelos econométricos utilizados em estudos anteriores relacionados à evidenciação e à divulgação dos PAAs, conforme se pode verificar na Tabela 4.

Tabela 4 - Modelos econométricos utilizados em estudos anteriores.

Embasamento	Modelo econométrico utilizado
Velte (2018); Pinto e Morais (2018); Sierra-García et al. (2019); Ferreira e Morais (2019); Kitiwong e Srijunpetch (2019); Ardito (2019); Velte (2019)	Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)
Cruz et al. (2019)	Regressão Múltipla

Fonte: elaborado pelo autor.

Dentre as diversas abordagens constantes na literatura econométrica, a escolha da modelagem adequada para tratamento dos dados de um determinado estudo deve-se pautar nas características amostrais percebidas para o conjunto de dados que compõem a análise. Nesse sentido, os dados que se apresentam dispostos em corte transversal, e integram uma série temporal, são denominados dados em painel ou dados longitudinais. As abordagens que integram os modelos apropriados para o tratamento de dados longitudinais apresentam como escopo o estudo da influência de um conjunto de variáveis denominadas regressores sobre a uma determinada variável a qual se dá o nome de variável dependente (Wooldridge, 2002).

No presente estudo, verifica-se o caráter temporal das variáveis amostradas, o que se deve ao período de análise - 2016 a 2019 - anos nos quais o estudo busca verificar os determinantes para similaridade dos PAAs e identificar quais as influências destes determinantes.

Quando os dados que integram a análise compõem uma série temporal, faz-se necessário que o tratamento de *outliers* seja feito por meio de Winsorização. A referida técnica de tratamento de dados discrepantes não exclui a observação atípica (o que determinaria o desbalanceamento do painel); ao invés disso, faz a interpolação destes dados, substituindo-os por valores análogos aos seus antecessores. Nesse sentido, o *outilier* se torna um valor mais próximo ao conjunto de dados em análise (Osborne & Overbay, 2004).

É importante ressaltar que, em um modelo de dados em painel, apesar de as variáveis explicativas geralmente variarem no tempo e no espaço, isso pode não ocorrer. A utilização de variáveis *dummies* (variáveis dicotômicas) não alteram entre as unidades de corte transversal e no decorrer do tempo. Variáveis *dummies* utilizadas para inserir no modelo proposto um determinado evento, como a ocorrência de uma recessão econômica, por exemplo, são definidas

como *dummies* de ano e se alteram a depender da ocorrência ou não de recessão em um determinado ano, entretanto são idênticas para todas as empresas amostradas.

A utilização da metodologia de dados em painel apresenta como vantagens a possibilidade de análise do caráter temporal atrelado às séries temporais e à possibilidade do tratamento da heterogeneidade não observada ou erro individual específico (termo utilizado para se referir ao componente do termo de erro chamado, também, de variável omitida) (Greene, 2003).

Dentre as abordagens existentes para o tratamento de dados em painel, pode-se citar as seguintes modelagens econométricas: *Pooled*, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios. A diferenciação entre as abordagens citadas está vinculada à presença do erro individual específico ou ainda à forma como esse componente do termo de erro se relaciona com os regressores do modelo proposto no estudo (Baum, 2006).

A metodologia *Pooled* é utilizada para dados cuja heterogeneidade não observada ou erro individual possa ser considerada inexistente, o que determina que a estimação dos parâmetros do modelo possa ser feita por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) (Greene, 2003). A equação do modelo *Pooled* é apresentada a seguir:

$$y_{i,t} = x_{i,t}\beta + \varepsilon_{i,t}, \quad i = 1,...,n \quad e \quad T = 1,...,T \tag{2}$$

na qual:

$y_{i,t}$: variável resposta;

β : representa o vetor de parâmetros;

$x_{i,t}$: vetor de variáveis explicativas; e

$\varepsilon_{i,t}$: termo de erro do modelo proposto.

De acordo com Gujarati e Porter (2011), a estimação dos parâmetros do modelo por meio da abordagem *Pooled* requer que os testes de ajuste dessa abordagem sejam todos satisfeitos, quais sejam:

- Normalidade dos resíduos: verificada por meio do teste de Doornik-Hansen que, a partir de uma estatística de teste denominada DH, em sua hipótese nula, assume a distribuição gaussiana dos resíduos do modelo proposto.
- Homocedasticidade dos resíduos: o teste de verificação da existência de normalidade dos resíduos do modelo é feito a partir do teste de Breusch-Pagan. A regra de decisão do teste é baseada em uma estatística de teste Qui-quadrado. A hipótese nula do teste apresenta como pressuposto a variabilidade constante dos termos de erro do modelo.
- Inexistência de autocorrelação dos resíduos: a verificação de inexistência de autocorrelação dos resíduos do modelo proposto é feita a partir do teste LM de Breuch-Godfrey. A estatística do teste de autocorrelação se fundamenta em uma estatística Qui-quadrado e a hipótese nula do teste pressupõe a inexistência de autocorrelação entre os resíduos do modelo proposto.
- Inexistência de multicolinearidade entre os regressores: a inexistência de multicolinearidade dos regressores é verificada a partir da estatística VIF (Variance Inflation Fator) fator de inflação da variância. Ao assumir valores maiores ou iguais a 5 (cinco), verifica-se a presença do problema de multicolinearidade entre os regressores do modelo proposto.
- Correta especificação da forma funcional: o teste para verificar a especificação correta do modelo proposto é chamado de teste Ramsey Reset (*Regression Specification Error Test*). O referido teste, em sua hipótese nula, considera a correta especificação do modelo proposto.

A normalidade dos resíduos, caso não seja verificada, pode ser tratada de forma assintótica. Nesse caso, para que se possa assumir a normalidade assintótica dos resíduos faz-se necessário que a média deles esteja próxima a 0 (zero) e que, também, o pressuposto de variância constante (homocedasticidade) seja atendido.

As abordagens de dados em painel permitem que variáveis omitidas possam ser tratadas, pelo pesquisador, de forma explícita. A essas variáveis omitidas, a literatura econométrica dá o nome de erro individual específico ou heterogeneidade não observada, os quais mensuram os impactos ocasionados devido às dissimilaridades existentes entre as observações de cada corte transversal. O erro individual específico está, portanto, ao termo de erro aleatório do modelo de regressão, entretanto não apresenta variação temporal, variando apenas entre os elementos amostrados (Greene, 2003).

De acordo com Wooldridge (2002), a esse novo componente do termo de erro poderá ser incorporado o ano modelo (1) por meio da seguinte representação:

$$y_{i,t} = x_{i,t}\beta + \eta_i + v_{i,t}, \quad i = 1,...,n \quad e \quad T = 1,...,T \tag{3}$$

na qual $(\varepsilon_{i,t} = \eta_i + v_{i,t})$: representa a decomposição do termo de erro do modelo.

Em relação às abordagens de Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios, a principal diferença, entre essas modelagens, está relacionada à relação verificada entre a heterogeneidade não observada e as variáveis explicativas. Na modelagem de Efeitos Fixos considera-se que o erro individual específico está correlacionado com os regressores. A abordagem de Efeitos Aleatórios verifica-se a inexistência de correlação entre os regressores (Wooldridge, 2002).

A adequabilidade de cada abordagem, anteriormente citada, segundo Greene (2003), é verificada por meio dos seguintes testes estatísticos específicos:

- Teste de Chow: testa a viabilidade de aplicação entre as modelagens *Pooled* e Efeitos Fixos. O referido teste apresenta, em sua hipótese nula, a pressuposição de adequabilidade da abordagem *Pooled* para a correta estimação dos parâmetros do modelo proposto.
- Teste de Breuch-Pagan: permite a escolha entre as modelagens *Pooled* e Efeitos Aleatórios. Analogamente ao teste de Chow, o teste de Breuch-Pagan apresenta, em sua hipótese nula, a pressuposição de viabilidade do *Pooled* para estimação dos parâmetros do modelo.

- Teste de Hausman: auxilia na escolha entre as abordagens de Efeitos Aleatórios versus Efeitos Fixos. O teste de Hausman tem como hipótese nula a adequabilidade da modelagem utilizando os Efeitos Aleatórios como abordagem apropriada para a estimação dos parâmetros.

Após a escolha do modelo, por meio da utilização dos testes anteriormente citados, faz-se necessária a verificação da presença de heterocedasticidade e/ou autocorrelação dos resíduos, caso as abordagens evidenciadas como apropriadas para tratamento dos dados seja Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios (Wooldridge, 2002).

Em se tratando dos modelos Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios, a verificação da presença de heterocedasticidade é feita por meio do teste de Breuch-Pagan Modificado que assume em H0 a homocedasticidade dos resíduos. A presença de autocorrelação é confirmada por meio do teste de Wooldridge que assume, em sua hipótese nula, a inexistência de autocorrelação. Caso se verifique a heterocedasticidade e/ou autocorrelação nos modelos Efeitos Fixos ou Efeitos Aleatórios, deve-se utilizar a abordagem de Mínimos Quadrados Generalizados (GLS) (Wooldridge, 2002).

Nesse contexto, o presente estudo, no intuito de atender ao seu objetivo geral, propõe o modelo de dados em painel apresentado abaixo. O objetivo desta modelagem é constatar os determinantes para a similaridade dos PAAs e quais são as influências das variáveis explicativas sobre a variável explicada. O software utilizado para validar e estimar o modelo foi o STATA®.

$$SIMit = \beta 0 + \beta 1BIGit + \beta 2RFAit + \beta 3RDOit + \beta 4MODit + \beta 5TCAit + \beta 6HONit + \beta 7ATTit + \beta 8ALVit + \beta 9ROAit + \beta 10CPXit + wit \quad (4)$$

Em que:

SIMit: variável dependente que mensura a similaridade dos PAAs; β0: constante; β1BIGit: auditoria realizada por *big four*; β2RFAit: rotação da firma de auditoria; β3RDOit: risco de descontinuidade operacional; β4MODit: auditoria com opinião modificada; β5TCAit: comitê de auditoria; β6HONit: honorários da auditoria; β7ATTit: tamanho da companhia; β8ALVit: alavancagem; β9ROAit: rentabilidade do ativo; β10CPXit: complexidade; wit = ci+εit: erro composto por um efeito individual e específico e pelo erro usual da regressão.

Dentre as limitações metodológicas dessa pesquisa, destaca-se que a similaridade dos PAAs foi analisada por meio do título destes assuntos, sob análise do autor; não foram analisadas as características textuais, contendo as descrições dos PAAs e como os auditores independentes conduziram estes assuntos.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção do estudo, são evidenciados os resultados provenientes dos procedimentos metodológicos descritos anteriormente, com vistas a responder aos objetivos propostos nesta pesquisa. Nesse sentido, esta parte do estudo se subdivide da seguinte forma: “Descrição dos dados amostrados”, “Teste de diferenças de medianas para as firmas de auditoria e os setores econômicos”, e, por fim, “Modelagem econométrica proposta”.

4.1. Descrição dos dados amostrados

4.1.1. Índice de Similaridade

Para responder ao objetivo geral dessa pesquisa, primeiramente foi necessário proceder no cálculo do índice de similaridade dos PAAs, conforme detalhado nos procedimentos metodológicos. Este índice de similaridade corresponde ao primeiro objetivo específico e representa o percentual dos PAAs divulgados no relatório de auditoria do período corrente, que são iguais aos PAAs divulgados no relatório de auditoria imediatamente anterior. O indicador foi obtido por meio da análise do título dos PAAs, divulgados nos relatórios de auditoria.

É evidenciado, na Tabela 5, o índice médio de similaridade dos PAAs por ano e o índice médio no período analisado.

Tabela 5 - Índice médio de similaridade dos PAAs.

Similaridade dos PAAs	2017	2018	2019	Período analisado
Índice médio	0,6748	0,7225	0,6768	0,6913

Fonte: elaborado pelo autor.

A observação da variável de interesse Similaridade (SIM), que corresponde ao índice de similaridade dos PAAs, apresenta comportamento crescente de ano de 2017 a 2018, entretanto, a partir deste ano, percebe-se uma tendência de queda da similaridade dos PAAs.

O índice médio de similaridade dos PAAs, em 2017, corresponde a 0,6748, indicando que em média 67,48% dos PAAs divulgados pelos auditores independentes para amostra de estudo, foram iguais aos PAAs de 2016. Para o ano de 2018, o índice médio de similaridade dos PAAs corresponde a 0,7225, o que equivale dizer que 72,25% dos PAAs divulgados em

2018 são iguais a 2017. No ano de 2019, este índice é de 0,6768, indicando que 67,68% dos PAAs são iguais a 2018. O índice máximo de similaridade foi 1,000 (100%) e o mínimo foi 0,000 (0,00%). O índice médio de similaridade no período analisado foi de 0,6913 (69,13%), a mediana é 0,8000 (80,00%), o desvio padrão de 0,3632 (36,32%) e o coeficiente de variação 52,54%.

O percentual médio de similaridade dos PAAs apurado neste esudo está alinhado com os resultados de Kend e Nguyen (2020), por meio dos quais foi constatado que aproximadamente 70% dos PAAs divulgados em 2018 foram iguais aos divulgados em 2017.

Abaixo, relaciona-se o índice médio de similaridade dos PAAs para as variáveis explicativas analisadas neste estudo, sendo apresentado o índice médio por ano e por característica das variáveis. As variáveis dicotômicas recebem a análise de "sim ou não" quando há o evento estudado na companhia, enquanto as variáveis contínuas são divididas em quintis, visando a mensurar o índice de similaridade pela dimensão da variável.

A Tabela 6 abaixo evidencia o índice médio de similaridade dos PAAs por firma de auditoria e por ano. As firmas de auditoria foram separadas pelo tamanho conforme a literatura, sendo quatro *big four* (PWC, EY, KPMG, DELOITTE); as demais firmas de auditorias foram classificadas como Não *big four* (Nbig).

Tabela 6 - Índice médio de similaridade dos PAAs por firma de auditoria.

Firma de auditoria	Índice médio por ano			
	2017	2018	2019	Índice médio período analisado
Nbig	0,6544	0,7939	0,7763	0,7415
PWC	0,7742	0,7493	0,5942	0,7059
EY	0,6411	0,7298	0,6856	0,6855
KPMG	0,7115	0,6856	0,6292	0,6754
DELOITTE	0,5462	0,4650	0,5434	0,5182

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir da análise da Tabela 6, é possível constatar que, em média, as firmas de auditoria classificadas como Não *big four* apresentam maior índice médio em similaridade dos PAAs, equivalente a 0,7415 (74,15%), enquanto a DELOITTE, firma de auditoria pertencente ao grupo das firmas *big four*, apresenta a menor média de similaridade, equivalente a 0,5182

(51,82%). Estes resultados indicam que, em média, as firmas de auditoria classificadas como *big four* apresentam menor similaridade dos PAAs, em relação às demais firmas de auditoria.

A rotação da firma de auditoria provoca diversas reações no mercado, também modifica os procedimentos de execução da auditoria, a materialidade e o julgamentos dos profissionais. A Tabela 7 abaixo apresenta o índice médio de similaridade dos PAAs considerando o evento rotação da firma de auditoria.

Tabela 7 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há rotação da firma de auditoria.

Rotação da firma de auditoria	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
Ocorreu	0,6041	0,5905	0,5520	0,5822
Não ocorreu	0,7274	0,7525	0,7062	0,7287

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao se analisar a média de similaridade dos PAAs considerando o evento rotação da firma de auditoria, por rodízio obrigatório e outros fatores, percebe-se que quando ocorre a rotação da firma de auditoria, existe menor índice médio de similaridade dos PAAs equivalente a 0,5822 (58,22%), e quando não ocorre a rotação, o índice médio é de 0,7287 (72,87%). Estes resultados indicam que, em média, a rotação da firma de auditoria diminui a similaridade dos PAAs.

Com objetivo de analisar a influência do risco quanto à continuidade operacional da companhia auditada, sobre o índice médio de similaridade dos PAAs, é evidenciada, abaixo, a Tabela 8.

Tabela 8 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há o risco de descontinuidade operacional evidenciado no relatório de auditoria.

Risco de descontinuidade operacional	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
Há risco	0,6272	0,7961	0,7489	0,7240
Não há risco	0,6847	0,7069	0,6631	0,6849

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise da Tabela 8 nos permite constatar que, quando há o risco de descontinuidade operacional nas companhias auditadas, o índice médio de similaridade dos PAAs é de 0,7240 (72,40%), e quando não há este risco evidenciado no relatório dos auditores independentes, o índice médio é de 0,6849 (68,49%), indicando que na existência do risco quanto à continuidade operacional da companhia auditada, há maior índice médio de similaridade dos PAAs.

A Tabela 9 apresenta o índice médio de similaridade dos PAAs quando há opinião modificada no relatório dos auditores independentes.

Tabela 9 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há opinião modificada no relatório de auditoria.

Opinião da auditoria	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
Modificada	0,4814	0,6153	0,6804	0,5924
Não modificada	0,6815	0,7278	0,6766	0,6953

Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio da análise do índice médio de similaridade dos PAAs quando há opinião modificada no relatório de auditoria, é possível identificar que, na existência de opinião modificada, o índice médio de similaridade é 0,5924 (59,24%), e quando a opinião não é modificada, o índice médio é 0,6953 (69,53%). Estes resultados indicam que as companhias que possuem opinião modificada no relatório de auditoria apresentam menor índice médio de similaridade dos PAAs.

A Tabela 10, representada abaixo, evidencia o índice médio de similaridade dos PAAs, considerando a existência de comitê de auditoria na companhia auditada.

Tabela 10 - Índice médio de similaridade dos PAAs quando há comitê de auditoria na companhia auditada.

Comitê de auditoria	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
Existe	0,6659	0,7029	0,6732	0,6806
Não existe	0,6893	0,7538	0,7249	0,7226

Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio da análise do índice médio de similaridade dos PAAs, considerando a existência do comitê de auditoria constituído na companhia auditada, é possível apurar que as

companhias que possuem comitê de auditoria constituído apresentam menor índice médio de similaridade dos PAAs, índice médio de 0,6806 (68,06%), enquanto nas companhias sem o comitê de auditoria, o índice médio de similaridade é 0,7226 (72,26%).

Com objetivo de apresentar o índice médio de similaridade dos PAAs pela dimensão dos honorários de auditoria, é evidenciada a Tabela 11 abaixo. Os honorários foram separados em quintis, sendo que o primeiro quintil representa honorários menores, enquanto o quinto quintil concentra os honorários de auditoria maiores.

Tabela 11 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão dos honorários de auditoria.

Honorários	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
1º quintil	0,7130	0,7622	0,6683	0,7145
2º quintil	0,6771	0,7093	0,6976	0,6946
3º quintil	0,5287	0,6646	0,7088	0,6340
4º quintil	0,6775	0,7635	0,6915	0,7108
5º quintil	0,7653	0,7382	0,7132	0,7389

Fonte: elaborado pelo autor.

Com base na análise do índice médio de similaridade dos PAAs pela dimensão dos honorários, é possível inferir que as companhias que pagam honorários mais altos, representadas pelo quinto quintil, tendem a reportar maior índice médio de similaridade dos PAAs 0,7389 (73,89%). Enquanto as companhias que pagam honorários mais baixos, classificadas entre primeiro ao quarto quintil, evidenciam menor média de similaridade dos PAAs.

Conforme a literatura acerca dos PAAs, o tamanho da companhia auditada pode ter influência sobre a similaridade dos PAAs. Na Tabela 12 apresentada abaixo, é evidenciado o índice médio de similaridade dos PAAs em relação ao tamanho da companhia auditada.

Tabela 12 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão do tamanho da companhia auditada.

Tamanho da companhia	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
1º quintil	0,7436	0,7169	0,8345	0,7650

2º quintil	0,6567	0,7452	0,5613	0,6544
3º quintil	0,6598	0,7212	0,7279	0,7030
4º quintil	0,7185	0,7810	0,7373	0,7456
5º quintil	0,5975	0,6490	0,5715	0,6060

Fonte: elaborado pelo autor.

Em análise à Tabela 12, é possível constatar que as companhias pertencentes ao primeiro quintil, representando as companhias menores, apresentam maior índice médio de similaridade dos PAAs, índice de 0,7650 (76,50%), enquanto as companhias que pertencem ao quinto quintil, representando as companhias maiores, apresentam índice médio de 0,6060 (60,60%). Esses resultados indicam que, em média, o tamanho da companhia auditada influencia na similaridade dos PAAs.

A Tabela 13 apresenta o índice médio de similaridade dos PAAs, considerando a dimensão de alavancagem das companhias.

Tabela 13 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão da alavancagem da companhia auditada.

Alavancagem	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
1º quintil	0,7347	0,7165	0,7933	0,7482
2º quintil	0,7222	0,7653	0,7559	0,7478
3º quintil	0,6941	0,6996	0,6696	0,6878
4º quintil	0,6597	0,6979	0,6137	0,6571
5º quintil	0,5450	0,7191	0,5946	0,6196

Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio da análise do índice médio de similaridade dos PAAs pelo nível de alavancagem das companhias, é possível constatar que as companhias menos alavancadas apresentam maior índice médio de similaridade dos PAAs 0,7482 (74,82%), enquanto as companhias mais alavancadas apresentam em média 0,6196 (61,96%) de similaridade dos PAAs.

Com intuito de apresentar o índice médio de similaridade dos PAAs pela dimensão da rentabilidade da companhia auditada, é apresentada a Tabela 14 abaixo. A rentabilidade das companhias é apresentada por quintis: o primeiro quintil apresenta as companhias que apuraram

rentabilidade menor ou maiores prejuízos, enquanto o quinto quintil contém as companhias com maior rentabilidade.

Tabela 14 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão da rentabilidade da companhia auditada.

Rentabilidade	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
1º quintil	0,6608	0,7732	0,7065	0,7135
2º quintil	0,6454	0,7545	0,6008	0,6669
3º quintil	0,6257	0,7176	0,7168	0,6867
4º quintil	0,7799	0,6387	0,7275	0,7154
5º quintil	0,6911	0,7380	0,6420	0,6904

Fonte: elaborado pelo autor.

Em análise ao índice médio de similaridade dos PAAs pelos quintis de rentabilidade, é possível constatar diferenças entre as médias pela dimensão da rentabilidade das companhias auditadas. O primeiro quintil que representa as companhias com menores indicadores de rentabilidade ou maiores prejuízos apresenta índice médio de 0,7135 (71,35%), e o quinto quintil representando as companhias com maiores índices de rentabilidade apresenta índice médio de 0,6904 (69,904%). Estes resultados demonstram que a rentabilidade das companhias auditadas, apresenta influência sobre índice médio de similaridade dos PAAs.

Visando apresentar o índice médio de similaridade dos PAAs pela dimensão da complexidade na companhia auditada, apresenta-se, abaixo, a Tabela 15. A complexidade da companhia auditada foi mensurada pelo número de controladas, e a média apresentada por quintis.

Tabela 15 - Índice médio de similaridade dos PAAs por dimensão da complexidade da companhia auditada.

Complexidade	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
1º quintil	0,7067	0,7570	0,6693	0,7110
2º quintil	0,6293	0,6865	0,6666	0,6608
3º quintil	0,7107	0,7335	0,6208	0,6883
4º quintil	0,7136	0,7261	0,7435	0,7277
5º quintil	0,5759	0,6866	0,7104	0,6576

Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio da análise do índice médio de similaridade dos PAAs pela dimensão na complexidade da companhia auditada, é possível perceber que as companhias com menor nível de complexidade apresentam, em média, maior índice de similaridade dos PAAs 0,7110 (71,10%), enquanto companhias com maior complexidade apresentam menor média de similaridade dos PAAs 0,6576 (65,76%). Esses resultados evidenciam que o índice médio de similaridade dos PAAs é afetado pela dimensão da complexidade da companhia auditada.

O setor econômico pode influenciar a condução dos procedimentos de auditoria, materialidade, julgamento e opinião. Com objetivo de avaliar o índice médio de similaridade dos PAAs por setor econômico das companhias, é apresentada a Tabela 16, abaixo.

Tabela 16 - Índice médio de similaridade dos PAAs por setores econômicos da B3.

Setores econômicos	Índice médio por ano			Índice médio no período analisado
	2017	2018	2019	
Bens Industriais (SETBI)	0,6687	0,7545	0,6987	0,7073
Comunicações (SETC)	0,4165	0,5167	0,3332	0,4221
Consumo Cíclico (SETCC)	0,6494	0,7119	0,6560	0,6724
Consumo Não Cíclico (SETCNC)	0,4225	0,6435	0,7920	0,6193
Materiais Básicos (SETMB)	0,5986	0,6850	0,5487	0,6108
Petróleo, Gás e Biocombustíveis (SETPGB)	0,7036	0,7266	0,5909	0,6737
Saúde (SETS)	0,7062	0,7104	0,6857	0,7008
Tecnologia da Informação (SETTI)	1,000	0,7857	0,6500	0,8119
Utilidade Pública (SETUP)	0,8115	0,7162	0,6792	0,7356
Outros (SETO)	0,7692	0,9358	0,9231	0,8760

Fonte: elaborado pelo autor.

A análise do índice médio de similaridade dos PAAs por setor econômico nos permite constatar que existem diferenças expressivas no índice médio entre os setores econômicos. Os setores de Comunicações e Materiais Básicos apresentam o menor índice médio de similaridade dos PAAs, 0,4221 (42,21%) e 0,6108 (61,08%), respectivamente; enquanto os maiores índices médios são apurados nos setores Outros e Tecnologia da Informação, 0,8760 (87,60%) e 0,8119 (81,19%), respectivamente.

4.1.2. Variáveis explicativas

A seguir, é apresentada a Tabela 17, demonstrando os valores referentes à estatística descritiva das variáveis explicativas contínuas que integram este estudo; antes dos procedimentos estatísticos para tratamento dos dados.

Tabela 17 - Estatísticas descritivas das variáveis contínuas.

Variável	Máximo	Mínimo	Média	Desvio Padrão	CV
HON	44.900.000,00	1.500,00	1.573.841,00	3.636.632,00	231,07%
ATT	926.000.000,00	9,79	14.000.000,00	58.800.000,00	420,00%
ALV	30.421,77	0,017	383,79	1.573,99	410,12%
ROA	77,63	- 1.302,62	- 7,34	81,83	- 1.114,85%
CPX	446	0	15,45	32,20	208,41%

Fonte: elaborado pelo autor.
CV = Coeficiente de variação.

É possível constatar que as companhias amostradas evidenciam acentuada heterogeneidade nas variáveis contínuas estudadas, o que pode estar relacionado ao porte das companhias, à situação econômica e ao setor de atuação; sendo utilizado para tratar os *outliers* a técnica de winzorização, com percentuais de 1% e 99%.

Abaixo é apresentada a Tabela 18, a qual contém a correlação existente entre as variáveis explicativas contínuas utilizadas no modelo. É possível verificar que, apenas as variáveis honorários e ativo total demonstraram alta correlação, logo, não comprometem a estimação.

Tabela 18 - Correlação entre as variáveis contínuas.

	HON	ATT	ALV	ROA	CPX
HON	**1,0000**				
ATT	0,8198	**1,0000**			
ALV	- 0,0072	- 0,0093	**1,0000**		
ROA	0,0484	0,0286	0,0130	**1,0000**	
CPX	0,1179	0,0293	0,0194	0,0352	**1,0000**

Fonte: elaborado pelo autor.

4.2. Testes de diferenças de medianas para as firmas de auditoria e os setores econômicos.

Visando responder ao segundo objetivo específico, constatar se existe diferença na similaridade dos PAAs entre as firmas de auditoria, foi realizado o teste de mediana para o

grupo de firmas. A Tabela 19 mostra os valores medianos da similaridade dos PAAs, segregados pelas firmas de auditoria.

Tabela 19 - Valores medianos de similaridade dos PAAs por firma de auditoria e teste de Mann-Whitney.

	Similaridade dos PAAs
Firmas de auditorias	**Mediana**
Outras	0,6660
Não *big four*	1,0000
Outras	0,8000
PWC	0,7500
Outras	0,8000
EY	0,7500
Outras	1,0000
KPMG	0,6660
Outras	0,8333
DELOITTE	0,5000
Teste de diferenças de médias de Mann-Whitney	
Auditorias	**Estatística de teste Z**
Não *big four* versus outras	**- 3,565*****
PWC versus outras	0,069
EY versus outras	-0,036
KPMG versus outras	1,299
DELOITTE versus outras	**4,099*****

Fonte: elaborado pelo autor.
As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

A observação da Tabela 19 permite verificar que existem diferenças estatisticamente significativas de similaridade dos PAAs para as firmas de auditoria classificadas como Não *big four* em relação as demais firmas; também há diferença na similaridade destes assuntos para a Deloitte, comparativamente as outras firmas de auditoria.

Esses resultados, em conjunto com os obtidos por Velte (2018), Velte (2019), Sierra-Garcia et al. (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Ferreira e Morais (2019) e Cruz et al. (2019), demonstram que as firmas de auditoria apresentam diferenças na divulgação dos PAAs. Conforme Kend e Nguyen (2020) e Abdullatif e Al-Rahahleh (2020), as firmas de auditoria divergem sobre a natureza e o conteúdo dos PAAs.

A norma que instituiu a divulgação dos PAAs no Brasil orienta que estes assuntos são os que, no julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na realização da auditoria [NBC TA 701 (CFC, 2016)]. Os resultados obtidos pelo teste de medianas demonstram haver divergências no julgamento profissional dos auditores quanto à divulgação dos PAAs, provocando diferença na similaridade desses assuntos entre as firmas de auditoria.

Para responder ao terceiro objetivo específico, foi realizado o teste de medianas no grupo de setores econômicos. A Tabela 20 mostra os valores medianos da similaridade dos PAAs, segregados em relação aos diferentes setores econômicos, que integram a amostra deste estudo.

Tabela 20 - Valores medianos de similaridade dos PAAs por setor econômico e teste de kruskal Wallis.

	Similaridade dos PAAs
Setor econômicos	**Mediana**
Bens Industriais (SETBI)	0,8330
Comunicações (SETC)	0,3330
Consumo Cíclico (SETCC)	0,7500
Consumo Não Cíclico (SETCNC)	0,7500
Materiais Básicos (SETMB)	0,6660
Petróleo, Gás e Biocombustíveis (SETPGB)	0,8000
Saúde (SETS)	0,8000
Tecnologia da Informação (SETTI)	0,1000
Utilidade Pública (SETUP)	0,7500
Outros (SETO)	0,1000
kruskal Wallis (Estatística Qui-quadrado)	**31,311*** **

Fonte: elaborado pelo autor.
As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

O teste não paramétrico de kruskal Wallis para mais de um grupo (setores) mostra a existência de diferença estatisticamente significativa na similaridade dos PAAs para os setores que integram a amostra do presente estudo.

Estes resultados corroboram o estudo de Sierra-Garcia et al. (2019) e Ferreira e Morais (2019), que demonstraram a existência de efeitos diferentes dos setores econômicos sobre a quantidade dos PAAs; também está em consonância com o estudo de Velte (2019), que evidenciou maior legibilidade dos PAAs para os setores industriais.

Essa diferença de medianas existente entre os setores reforça os resultados de Kend e Nguyen (2020) nos quais foram identificadas diferenças nas divulgações de PAAs entre os setores econômicos. Este resultado, em conciliação a literatura sobre os PAAs, demonstra que o setor de atuação das companhias influencia a divulgação dos PAAs, seja na quantidade, no tipo, na legibilidade e na similaridade destes assuntos.

4.3. Modelagem econométrica proposta

A fim de melhorar os resultados estimados, para o modelo proposto neste estudo, as discrepâncias amostrais observadas para as variáveis analisadas tiveram tratamento por meio da técnica de winzorização. A seguir, evidencia-se o modelo de regressão para dados em painel proposto nesta pesquisa. A observação da Tabela 21 mostra as estatísticas de validação do modelo proposto.

$$SIMit = \beta 0 + \beta 1BIGit + \beta 2RFAit + \beta 3RDOit + \beta 4MODit + \beta 5TCAit + \beta 6HONit + \beta 7ATTit + \beta 8ALVit + \beta 9ROAit + \beta 10CPXit + wit \quad (5)$$

O teste de Chow mostra a rejeição de sua hipótese nula que assume a adequabilidade do modelo *Pooled* para tratamento dos dados em análise, em detrimento do modelo de Efeitos Fixos. Analogamente ao teste anterior, o teste de Breusch-Pagan aponta a inviabilidade do *Pooled* para tratamento dos dados em análise, o que se percebe por meio da não rejeição de sua hipótese nula que pressupõe a viabilidade da abordagem *Pooled*. Por fim, o teste de Hausman mostra que a metodologia de Efeitos Aleatórios se faz mais adequada para a estimação dos parâmetros do modelo proposto no estudo.

Por meio do teste de autocorrelação de Wooldridge, verifica-se a existência de autocorrelação entre os resíduos do modelo (rejeição da hipótese nula do teste, que assume a inexistência de autocorrelação dos resíduos do modelo proposto no estudo). Nesse sentido, faz-se necessária a utilização do modelo GLS para a estimação dos parâmetros do modelo proposto.

A verificação da presença de heterocedasticidade no modelo GLS estimado é feita por meio do teste Likelihood-ratio que, em sua hipótese nula, assume a pressuposição de existência de homoscedasticidade dos resíduos do modelo não rejeitada. Nesse sentido, estima-se, como modelo final, o GLS com correção de autocorrelação.

Por fim, o teste de significância global do modelo GLS proposto evidencia a rejeição de sua hipótese nula, que pressupõe a insignificância dos parâmetros do modelo estimado.

Tabela 21 - Modelo GLS para estimação dos parâmetros do modelo proposto.

Modelo GLS		
Variável	**Coeficiente**	**P-Valor**
BIG	- 0,0312	0,3780
RFA	**- 0,2063 *****	**0,0000**
RDO	- 0,0401	0,3660
MOD	- 0,0704	0,2600
TCA	0,0032	0,9150
HON	0,0002	0,6540
ATT	**- 0,0250 *****	**0,0002**
ALV	- 0,0000	0,3030
ROA	- 0,0004	0,5400
CPX	0,0006	0,2790
Constante	**1,1625 *****	**0,0000**
Chow		**1,72*****
Breusch-Pagan		**14,74*****
Hausman		9,07
Wooldridge		**8,295*****
Likelihood-ratio		- 4.918,61
Wald		**83,12*****

Fonte: elaborado pelo autor.
As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

A observação da Tabela 21 permite verificar que, dentre os determinantes para a similaridade dos PAAs analisados neste estudo, apresentam influência negativa e significativa sobre a proxy de similaridade dos PAAs, a rotação da firma de auditoria (RFA) e o tamanho da companhia auditada (ATT).

A rotação da firma de auditoria, conforme era esperado, apresenta impacto negativo sobre a similaridade dos PAAs. Este resultado não rejeita a hipótese H2: a rotação da firma de auditoria possui relação negativa com a similaridade dos PAAs. Essa constatação pode ser relacionada aos efeitos que a alteração do auditor possui sobre os procedimentos de auditoria. A rotação da firma de auditoria, seja por rodízio obrigatório ou por outros fatores contratuais, altera os profissionais e, consequentemente, as metodologias para realização dos trabalhos de auditoria; modifica, também, o julgamento profissional e as materialidades definidas, o que pode repercutir em diminuição da similaridade com PAAs divulgados no período anterior,

referente ao julgamento profissional de outro auditor. Logo, a rotação da firma de auditoria diminui a similaridade dos PAAs do período corrente com o período anterior.

Nos resultados dos estudos voltados para analisar a legibilidade e a quantidade dos PAAs, Velte (2018) e Velte (2019) identificaram que a rotação da firma de auditoria diminui a legibilidade dos PAAs. No estudo de Cruz et al. (2019), os resultados apresentaram que quanto maior o tempo de relacionamento entre auditor e cliente, menor a quantidade dos PAAs. Estes resultados, associados aos achados por meio dessa pesquisa, podem indicar que a rotação da firma de auditoria diminui a legibilidade e a similaridade dos PAAs, e pode aumentar a quantidade dos PAAs divulgados no relatório dos auditores independentes.

O tamanho da companhia auditada, mensurado pelo logaritmo natural dos ativos totais, demonstrou influência negativa sobre a similaridade dos PAAs. Esse resultado não rejeita a hipótese H7: o tamanho da companhia possui relação negativa com a similaridade dos PAAs. Esse resultado pode indicar que grandes companhias possuem maiores recursos para adequação e para compreensão de normativos contábeis, o que poderia diminuir a possibilidade de um assunto ser classificado como PAAs. Também é possível inferir que devido à importância de grandes clientes para as firmas de auditoria, e por estas grandes companhias deterem maior influência sobre os auditores independentes, é de se esperar que os auditores estão propícios a aceitar com maior facilidade o tratamento contábil destes clientes.

Nas pesquisas em PAAs, Pinto e Morais (2018), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Sierra-Garcia et al. (2019), Cruz et al. (2019) e Ardito (2019) constataram que o tamanho da companhia auditada tem impacto positivo sobre a quantidade dos PAAs. Enquanto Velte (2018) demonstrou influência positiva do tamanho da companhia auditada sobre a legibilidade dos PAAs. Esses resultados conciliados a este estudo demonstram que as companhias maiores apresentam maior quantidade, melhor legibilidade e menor similaridade dos PAAs.

As seguintes hipóteses não foram analisadas devido à insignificância estatística: H1: auditorias realizadas por *big four* possuem relação negativa com a similaridade dos PAAs; H3: o risco de descontinuidade operacional possui relação positiva com a similaridade dos PAAs; H4: a emissão da opinião de auditoria modificada possui relação negativa com a similaridade dos PAAs; H5: a existência do comitê de auditoria possui relação negativa com a similaridade

dos PAAs; H6: o valor dos honorários de auditoria possui relação positiva com a similaridade dos PAAs; H8: a alavancagem da companhia possui relação positiva com a similaridade dos PAAs; H9: a rentabilidade do ativo possui relação negativa com a similaridade dos PAAs; e H10: a complexidade da companhia possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.

Com base nos resultados, foi possível identificar os seguintes determinantes para a similaridade dos PAAs, em companhias abertas brasileiras: rotação da firma de auditoria (RFA) e o tamanho da companhia auditada (ATT).

É apresentado abaixo, na Tabela 22, o resumo dos resultados encontrados nessa pesquisa, por meio da estatística descritiva, testes de diferenças de medianas e modelagem econométrica.

Tabela 22 - Resumo dos resultados encontrados.

Modelo econométrico						
Variável	**Descrição**	**Fórmula aplicada**	**Classificação**	**Hipótese**	**Resultado**	**Informações adicionais**
SIM	Similaridade	$SIM = \frac{\sum PAAs\ t\ =\ PAAs\ t\ -1}{\sum PAAs\ t}$	Dependente	-	-	O índice médio de similaridade dos PAAs no período analisado foi 69,13%.
BIG	Tamanho da Firma de Auditoria	*dummy*, BIG = 1 para auditorias realizada por *big four*, 0 caso contrário	Independente	H1: auditorias realizadas por *big four* possuem relação negativa com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	Por meio do índice médio, foi identificado que as firmas de auditoria *big four* apresentam menor média na similaridade dos PAAs.
RFA	Rotação da Firma de Auditoria	*dummy*, RFA = 1 ocorreu rotação da firma de auditoria no período corrente em relação ao período anterior, 0 caso contrário	Independente	H2: a rotação da firma de auditoria possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.	Não rejeitada	Os resultados demonstram que a rotação da firma de auditoria possui impacto negativo sobre a similaridade dos PAAs. Também foi apurado que o índice médio de similaridade dos PAAs é menor quando há rotação da firma de auditoria.
RDO	Risco de Descontinuidade Operacional	*dummy*, RDO = 1 existe risco de descontinuidade operacional evidenciado no relatório de auditoria, 0 caso contrário	Independente	H3: o risco de descontinuidade operacional possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	Quando há risco de descontinuidade operacional da companhia auditada, o índice médio de similaridade dos PAAs é maior.
MOD	Auditoria com Opinião Modificada	*dummy*, MOD = 1 opinião modificada no relatório de auditoria, 0 caso contrário	Independente	H4: a emissão da opinião de auditoria modificada possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	Quando há opinião modificada no relatório de auditoria, o índice médio de similaridade dos PAAs é menor.

TCA	Comitê de Auditoria	*dummy*, TCA = 1 existe o comitê de auditoria, 0 caso contrário	Independente	H5: a existência do comitê de auditoria possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	Quando há comitê de auditoria nas companhias auditadas, o índice médio de similaridade dos PAAs é menor.
HON	Honorários de Auditoria	HON = valor dos honorários de auditoria/ativo total da companhia auditada	Independente	H6: o valor dos honorários de auditoria possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	O índice médio de similaridade dos PAAs sofre influência conforme a dimensão dos honorários pagos para realização da auditoria.
ATT	Tamanho da Companhia	ATT = logaritmo natural do ativo total	Independente	H7: o tamanho da companhia possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.	Não rejeitada	Os resultados demonstraram que o tamanho da companhia auditada possui impacto negativo sobre a similaridade dos PAAs. Também foi constatado que o índice médio de similaridade dos PAAs sofre influência conforme o tamanho da companhia auditada.
ALV	Alavancagem	ALV = capital de terceiros/capital próprio	Independente	H8: a alavancagem da companhia possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	As companhias menos alavancadas apresentam maior índice médio de similaridade dos PAAs.
ROA	Rentabilidade do Ativo	ROA = resultado do período corrente/ativo total do período corrente	Independente	H9: a rentabilidade do ativo possui relação negativa com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	O índice médio de similaridade dos PAAs sofre influência conforme a rentabilidade do ativo da companhia auditada.
CPX	Complexidade	CPX = quantidade de controladas	Independente	H10: a complexidade da companhia possui relação positiva com a similaridade dos PAAs.	Não apresentou significância estatística	O índice médio de similaridade dos PAAs sofre influência conforme o nível de complexidade da companhia auditada.
Teste de diferença de medianas						
Objetivos					**Resultados**	

Identificar se existe diferença na similaridade dos PAAs entre as firmas de auditoria.	Foi identificado que existe diferença estatisticamente significativa de similaridade dos PAAs para as firmas de auditoria Não *big four* comparativamente às demais firmas, e para a DELOITTE comparativamente às outras firmas de auditoria.
Identificar se existe diferença na similaridade dos PAAs entre os setores econômicos da B3.	Os resultados demonstraram a existência de diferença estatisticamente significativa em relação à similaridade dos PAAs, para os setores que integram a amostra do presente estudo.

Fonte: elaborado pelo autor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo relatório de auditoria contendo os PAAs foi introduzido no Brasil, a partir do exercício encerrado de 2016, com o objetivo de tornar o relatório de auditoria mais informativo, ao dar maior transparência sobre a auditoria realizada [NBC TA 701 (CFC, 2016)]. A inclusão desses assuntos foi considerada a modificação mais profunda no relatório da auditoria independente nos últimos tempos (Melo, 2019), provocando reações nos auditores independentes, responsáveis pela governança das companhias, usuários da informação e pesquisadores do tema.

Essa pesquisa teve como objetivo geral identificar as características das firmas de auditoria e das companhias auditadas, que sejam determinantes para a similaridade dos PAAs em companhias de capital aberto negociadas na B3 no período de 2016 a 2019. Os resultados demonstraram que a rotação da firma de auditoria e o tamanho da companhia auditada possui impacto negativo sobre a similaridade dos PAAs; confirmando as hipóteses levantadas para essas variáveis.

O índice médio de similaridade dos PAAs no período analisado foi de 0,6913, indicando que de 2017 a 2019 existe uma similaridade média de 69,13% destes assuntos. O índice médio de similaridade em 2017 corresponde a 0,6748, indicando que em média 67,48% dos PAAs divulgados pelos auditores independentes para amostra de estudo foram iguais aos PAAs de 2016. Para o ano de 2018, o índice médio de similaridade corresponde a 0,7225, equivale dizer que em média 72,25% dos PAAs divulgados em 2018 são iguais a 2017. No ano de 2019, este índice médio de similaridade é de 0,6768, indicando que em média 67,68% dos PAAs são iguais a 2018.

Como objetivos específicos, foi analisado se existe diferença na similaridade dos PAAs entre as firmas de auditoria e os setores econômicos da B3. Os resultados dos testes de médias demonstraram diferença na similaridade dos PAAs para as companhias auditadas por firmas de auditorias classificadas como Não *big four*, em relação as outras firmas de auditoria. Outro aspecto verificado quanto à firma auditoria é que existe diferença na similaridade dos PAAs para as companhias auditadas pela DELOITTE, em relação as demais firmas de auditoria. Para

os setores econômicos, os resultados apresentaram a existência de diferença estatisticamente significativa na similaridade dos PAAs, para o grupo de setores que integram a amostra do presente estudo.

A existência de similaridade dos PAAs, no decorrer dos anos, não deve ser analisada somente como aspecto negativo. Determinados PAAs podem ser características de uma determinada companhia, setor de atuação ou dificuldade de compreensão e aplicação de normativos contábeis. Isso indica que a subjetividade existente no ambiente de algumas companhias pode contribuir para a repetição destes assuntos, e a falta de divulgação de PAAs repetidos poderia configurar imprudência dos auditores.

Diante o exposto, este estudo contribui para diversos agentes relacionados à auditoria e aos PAAs. Para os usuários da informação e os auditores independentes, este estudo auxilia na compreensão de fatores que podem influenciar a similaridade na divulgação dos PAAs, assim como contribui para que os órgãos de regulamentação avaliem os fatores que possuem impacto sobre a similaridade dos PAAs, e possam verificar se o objetivo de trazer um novo relatório de auditoria mais informativo, transparente e sem informações padronizadas está sendo atingido. Este trabalho de pesquisa também contribui para academia, pois discute o índice de similaridade dos PAAs e as características das firmas de auditoria e das companhias auditadas que afetam este índice; assim como as diferenças na similaridade destes principais assuntos de auditoria existentes entre os setores econômicos e as firmas de auditoria.

Como sugestões para pesquisas futuras, é indicado o estudo da similaridade dos PAAs com a utilização da análise textual das descrições e de como os auditores independentes conduziram estes assuntos. Ademais, a partir dos determinantes mapeados nessa pesquisa, analisar outras características das firmas de auditoria e das companhias auditadas que poderiam influenciar a similaridade dos PAAs, divulgados no relatório dos auditores independentes. Outra linha de pesquisa, é avaliar quais são os efeitos da similaridade dos PAAs sobre os usuários da informação.

REFERÊNCIAS

Abdullatif, Modar; Al-Rahahleh, Ayat S. (2020). Applying a new audit regulation: Reporting Key Audit Matters in Jordan. International Journal of Auditing, 24(2), 268–291. doi:10.1111/ijau.12192.

Alves Júnior, E., & Galdi, F. (2020). Relevância informacional dos principais assuntos de auditoria. Revista Contabilidade & Finanças, 31(82), 67-83. https://doi.org/10.1590/1808-057x201908910.

Ardito, F. M. S. (2019). Determinantes dos principais assuntos de auditoria: uma análise de empresas listadas nas principais bolsas mundiais. Dissertação de Mestrado. Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade. FGV EAESP.

Asbahr, K., & Ruhnke, K. (2019). Real effects of reporting key audit matters on auditors' judgment and choice of action. International Journal of Auditing. doi:10.1111/ijau.12154.

B3. (2020a). Empresas listadas. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-eservicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em 27 de abril de 2020.

B3. (2020b). Classificação Setorial. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-eservicos/negociacao/renda-variavel/acoes/consultas/classificacao-setorial/. Acesso em 27 de abril de 2020.

Backof, A., Bowlin, K., & Goodson, B. (2019). The Importance of Clarification of Auditors' Responsibilities Under the New Audit Reporting Standards. SSRN Electronic Journal. 10.2139/ssrn.2446057.

Ball, R. (2013). Accounting informs investors and earnings management is rife: Two questionable beliefs. Accounting Horizons, 27(4), 847-853.

Batae, Oana-Marina, 2019. Expanded Audit Reports and Audit Fees – A Content Analysis on the Romanian Banking Sector. The Audit Financiar journal, Chamber of Financial Auditors of Romania, vol. 17(156), p. 653-653.

Baum, C. F. (2006). An introduction to modern econometrics using Stata. Texas: Stata press.

Beasley, M., Carcello, J., & Hermanson, D. (1999). Fraudulent financial reporting: 1987-1997. An analysis of U.S. public companies. New York, NY: COSO. Recuperado de https://www.coso.org/Documents/FFR-1987-1997-Analysis-of-US-Public-Companies-Executive-Summary.pdf.

Bédard, J., Gonthier-Besacier, N., & Schatt, A. (2014). Costs and benefits of reporting key audit matters in the audit report: The French experience. International Symposium on Audit Research.

Bédard, J.; Gonthier-Besacier, N.; & Schatt, A. (2016.) Analysis of the Consequences of the Disclosure of Key Audit Matters in the Audit Report. In: DAC Accounting Research Seminars. Anais. Disponível em: http://www.hec.unil.ch/documents/seminars/dcc/1946.pdf.

Bellovary, J., Giacomino, D., & Akers, M. (2007). A review of bankruptcy prediction studies: 1930 to present. Journal of Financial Education, 33, 1-42.

Beuren, I. M. (2003). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática (2a ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Bortolon, P., Sarlo, A., & Santos, T. (2013). Custos de auditoria e governança corporativa. Revista Contabilidade & Finanças, 24(61), 27-36.

Brasel, K., Doxey, M. M., Grenier, J. H., & Reffett, A. (2016). Risk Disclosure Preceding Negative Outcomes: The Effects of Reporting Critical Audit Matters on Judgments of Auditor Liability. The Accounting Review, 91(5), 1345–1362. doi:10.2308/accr-51380.

Carmo, J. C. D. (2019). Análise da qualidade do novo relatório do auditor independente no Brasil: um estudo da implementação das novas normas brasileiras de Contabilidade. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.12.2019.tde-26092019-114941. Recuperado em 2020-03-17, de www.teses.usp.br.

Carrington, T., & Johed, G. (2014). How the business press stabilizes and destabilizes notions of audit failure. The case of Intrum Justitia. In Pallas, J., Strannegård, L., & Jonsson, L. (Ed.),

Organizations and the media organizing in a mediatized world (pp. 116-131). New York, NY: Routledge.

Carson, E., Fargher, N. L., Geiger, M. A., Lennox, C. S., Raghunandan, K., & Willekens, M. (2013). Audit reporting for going-concern uncertainty: A research synthesis. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 32(1), 353-384.

Casterella, J. R., Francis, J. R., Lewis, B. L., & Walker, P. L. (2004). Auditor industry specialization, client bargaining power, and audit pricing. Auditing. A Journal of Practice and Theory, 23(11), 123–140. https://doi.org/10.2308/ aud.2004.23.1.123.

Chan, Y., & Walter, T. (1996). Qualified audit reports and costly contracting. Asia Pacific Journal of Management, 13(1), 37-63.

Chen, J. Z., Nelson, K. K., Wang, Y., & Yu, L. (2020). Key Audit Matters and the Pricing of Audit Services: Evidence from Hong Kong. Available at SSRN 3638540.

Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wolfe, C. J. (2014). Do critical audit matter paragraphs in the audit report change nonprofessional investors' decision to invest? Auditing: A Journal of Practice & Theory, 33(4), 71-93.

Church, B. K.; Davis, S. M.; Mccracken, S. A. (2008). The Auditor's Reporting Model: A Literature Overview and Research Synthesis. Accounting Horizons, v. 22, p. 69-90.

Chung, H., & Kallapur, S. (2003). Client importance, non- audit services and abnormal accruals. Accounting Review, 78, 931–955. https://doi.org/10.2308/accr.2003.78.4.931.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016). Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria n. 570, de 17 de junho de 2016. Continuidade Operacional. Recuperado de https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016). Norma Brasileira de Contabilidade Técnica de Auditoria n. 701, de 17 de junho de 2016. Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria

no Relatório do Auditor Independente. Recuperado de https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/.

Conselho Federal de Contabilidade. (2019). Norma Brasileira de Contabilidade Profissional Geral n. 01, de 14 de fevereiro de 2019. Código de Ética Profissional do Contador. Recuperado de https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-pg-geral/.

Corbella, S., Florio, C., Gotti, G., & Mastrolia, S. A. (2015). Audit firm rotation, audit fees and audit quality: The experience of Italian public companies. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, 25, 46–66. doi:10.1016/j.intaccaudtax.2.

Cordoş, G. S., & Fülöp, M. T. (2015). Understanding audit reporting changes: introduction of key audit matters. Accounting & Management Information Systems, 14(1), 128-152.

Cruz, A., Nardi, P., Figueira, L., & Silva, R. (2019). A relação entre o novo relatório do auditor independente e o perfil das empresas auditadas e de auditoria. *Revista Contemporânea de Contabilidade, 16*(40), 3-23. doi:https://doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n40p3.

Daugherty, B. E., Dickins, D., Hatfield, R. C., & Higgs, J. L. (2013). Mandatory Audit Partner Rotation: Perceptions of Audit Quality Consequences. Current Issues in Auditing, 7(1), P30–P35. doi:10.2308/ciia-50446.

DeAngelo, L. (1981). Auditor size and audit quality. Journal of Accounting and Economics, 3(3), 183-199.

DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. Journal of Accounting and Economics, 58(2-3), 275–326. doi:10.1016/j.jacceco.2014.09.002.

Demaki, G. O. (2011). Proliferation of codes of corporate governance in Nigeria and economic development. Business and Management Review, 1(6), 1-7.

Dogan, B., & Arefaine, B. (2017). The implementation of ISA 701 – Key audit matters: Empirical evidence on auditors adjustments in the new audit report (Dissertação de Mestrado). Uppsala University, Uppsala.

Dopuch, N., Holthausen, R., & Leftwich, R. (1987). Predicting audit qualifications with financial and market variables. Accounting Review, LXII (3),431-454.

Ferreira, C., Morais, A. I. (2019). Análise da relação entre características das empresas e os key audit matters divulgados. Revista Contabilidade & Finanças. https://doi.org/10.1590/1808-057x201909040.

Francis, J., & Yu, M. (2009). Big 4 office size and audit quality. The Accounting Review, 84(5), 1521-1552.

Gallizo, J., & Saladrigues, R. (2016). An analysis of determinants of going concern audit opinion: Evidence from Spain stock exchange. Intangible Capital, 12(1), 1-16.

Ghosh, A., & Moon, D. (2005). Auditor tenure and perceptions of audit quality. The Accounting Review, 80(2), 585-612.

Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016a). The Effects of Critical Audit Matter Paragraphs and Accounting Standard Precision on Auditor Liability. The Accounting Review, 91(6), 1629–1646. doi:10.2308/accr-51382.

Gimbar, C., Hansen, B., & Ozlanski, M. E. (2016b). Early evidence on the effects of critical audit matters on auditor liability. Current Issues In Auditing, 10(1), 24–33. https://doi.org/10.2308/ciia-51369.

Gold, A; & Heilman, M. (2019). The consequences of disclosing key audit matters (KAM): A review of the academic literature. Maandblad voor Accountancy en Bedrijfseconomie, 93 (1/2), 5–14.

Greene, W. H. (2003). Econometric Analysis (5a ed.). Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall.

Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). Econometria Básica (5a ed.). Porto Alegre: AMGH.

Gurgel, J. L. S. (2018). Os impactos da divulgação de determinados tipos de principais assuntos de auditoria nas notas explicativas das companhias abertas brasileiras. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, FUCAPE Pesquisas, Ensino e Participações Ltda. Recuperado de:

http://legado.fucape.br/_public/producao_cientifica/18/Dissertação%20-%20José%20Luiz%20de%20Souza%20Gurgel.pdf.

Gutierrez, E., Minutti-Meza, M., Tatum, K. W., & Vulcheva, M. (2018). Consequences of adopting an expanded auditor's report in the United Kingdom. Review of Accounting Studies. doi:10.1007/s11142-018-9464-0.

Habib, A. (2013). A meta-analysis of the determinants of modified audit opinion decisions. Managerial Auditing Journal, 28(3), 184-216.

Huang, H.-W., Liu, L.-L., Raghunandan, K., & Dasaratha, R. V. (2007). Auditor industry specialization, client bargaining power, and audit fees: Further evidence. Auditing: A Journal of Practice and Theory, 26(1), 147–158. https:// doi.org/10.2308/aud.2007.26.1.147.

International Auditing and Assurance Standards Board. (2015). International Standard on Auditing (ISA) 701 (NEW), Communicating Key Audit Matters in the Independent Auditor's Report. IAASB. Recuperado de https://www.ifac.org/ publications-resources/international-standard-auditing-isa701-new-communicating-key-audit-matters-i.

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2013). IAASB divulga propostas para novo relatório do auditor. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Recuperado de http://www. ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=1313.

Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2017). A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor, 1º. Ano, Principais Assuntos de Auditoria. Recuperado de http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100.

International Federation of Accountants. (2020). International Auditing and Assurance Standards Board. Disponível em: https://www.iaasb.org/. Acesso em 25 de abril de 2020.

In, Kim, & Park. (2020). Key Audit Matters for Production-to-Order Industry and Conservatism. International Journal of Financial Studies, 8(1), 5. doi:10.3390/ijfs8010005.

Ireland, J. (2003). An empirical investigation of determinants of audit reports in the UK. Journal of Business Finance & Accounting, 30(7-8), 975-1016.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of Financial Economics, 3(4), 305-360.

Kachelmeier, S.J., Schmidt, J.J. and Valentine, K. (2014). The Effect of Disclosing Critical Audit Matters in the Auditor's Report on Perceived Auditor Responsibility for Misstatements. Working paper, The University of Texas at Austin.

Kend, Michael; Nguyen, Lan Anh (2020). Investigating recent audit reform in the Australian context: An analysis of the KAM disclosures in audit reports 2017 at 2018. International Journal of Auditing, 24(3), 412–430. doi:10.1111/ijau.12205.

Khan, Arifur; Muttakin, Mohammad Badrul; Siddiqui, Javed (2013). Corporate Governance and Corporate Social Responsibility Disclosures: Evidence from an Emerging Economy. Journal of Business Ethics, 114(2), 207–223. doi:10.1007/s10551-012-1336-0.

Kitiwong, W.; & Srijunpetch, S. (2019). Cultural Influences on the Disclosures of Key Audit Matters. Accounting Profession Journal, Issue 15, Issue 46, June, 45-63p.

Köhler, A. G., Ratzinger-Sakel, N. V., & Theis, J. C. (2016). The Effects of Key Audit Matters on the Auditor's Report's Communicative Value: Experimental Evidence from Investment Professionals and No Professional Investors. Available at SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2838162.

Krishnan, G. (2003). Does Big 6 auditor industry expertise constrain earnings management? Accounting Horizons, 17(1), 1-16.

Leal, F. S. (2018). O impacto da divulgação dos principais assuntos de auditoria (PAA) no mercado acionário brasileiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Recuperado de https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58348.

Lee, P., Jiang, W., & Anandarajan, A. (2005). Going concern report modeling: A study of factors influencing the auditor's decision. Journal of Forensic Accounting, 6(1), 55-76.

Lennox, C. S., Wu, X., & Zhang, T. (2014). Does Mandatory Rotation of Audit Partners Improve Audit Quality? The Accounting Review, 89(5), 1775–1803. doi:10.2308/accr-50800.

Lennox, C. S., & Kausar, A. (2017). Estimation risk and auditor conservatism. Review of Accounting Studies, 22(1), 185-216.

Lennox, C. S; Schmidt, J. J; & Thompson, A. (2017). Is the Expanded Model of Audit Reporting Informative to Investors? Evidence from the UK (February 8, 2017). Working Paper. Available at SSRN: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2619785.

Levanti, D. A. (2019). Aspects Regarding the Changes to the Independent Auditor's Report. The Case of Public Interest Entities. The Audit Financiar journal, Chamber of Financial Auditors of Romania, vol. 17(155), p. 486-48.

Levinthal, D. A., & Fichman, M. (1988). Dynamics of interorganizational attachments: Auditor- client relationships. Administrative Science Quarterly, 33, 345–369. https://doi.org/10.2307/2392713.

Li, H., Hay, D. & Lau, D. (2019). Assessing the impact of the new auditor's report. Pacific Accounting Review, Vol. 31 No. 1, pp. 110-132. https://doi.org/10.1108/PAR-02-2018-0011.

Lin, J., & Hwang, M. (2010). Audit quality, corporate governance, and earnings management: A meta-analysis. International Journal of Auditing, 14(1), 57-77.

Litt, B., Sharma, D. S., Simpson, T., & Tanyi, P. N. (2014). Audit Partner Rotation and Financial Reporting Quality. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 33(3), 59–86. doi:10.2308/ajpt-50753.

Loebbecke, J., Eining, M., & Willingham, J. (1989). Auditor's experience with material irregularities: Frequency, nature, and detectability. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 9(1), 1-28.

Longo, C. G. (2017). Relatórios de auditoria. São Paulo, SP: Trevisan.

Marques, V. A., Louzada, L. C., Amaral, H. F., & Souza, A. A. de. (2018). O poder da reputação: evidências do efeito big four sobre a opinião do auditor. Revista Contemporânea De Contabilidade, 15(35), 3-31. https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n35p3.

Marques, V., & Souza, M. (2017). Principais assuntos de auditoria e opinião sobre o risco de descontinuidade: uma análise das empresas do Ibovespa. Revista de Informação Contábil, 11(4), 1-22. Recuperado de https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/230107.

Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2016). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3ª ed. Atlas. São Paulo.

Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2009). Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas (2a ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Matos, T. M. P., & Cardoso, R. L. (2017). O impacto de Key Audit Matters (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir. Working paper. 3º Congresso UnB de Contabilidade e Governança. Recuperado de: https://conferencias.unb.br/index.php/ccgunb/ccgunb3/paper/view/6166.

McKeown, J., Mutchler, J., & Hopwood, W. (1991). Towards an explanation of auditor failure to modify the audit opinion of bankrupt companies. Auditing: A Journal of Practice and Theory, 1-13.

Melo, P. S. F. (2019). Impacto da inclusão dos principais assuntos de auditoria na qualidade e nos honorários de auditoria das companhias de capital aberto do Brasil. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/D.12.2019.tde-27092019-152253. Recuperado em 2020-03-14, de www.teses.usp.br.

Menon, K., & Schwartz, K. (1987). An empirical investigation of audit qualification decisions in the presence of going concern uncertainties. Contemporary Accounting Research, 3(2), 302315.

Nelson, J., Ronen, J., & White, L. (1988). Legal liabilities and the market for auditing services. Journal of Accounting, Auditing and Finance, 3(3), 255–285. https://doi.org/10.1177/0148558X8800300309.

Orquin, J., & Loose, S. (2013). A review on eye movements in decision making. Acta Psychologica, 144(1), 190-206.

Osborne, J. W., & Overbay, A. (2004). The power of outliers (and why researchers should always check for them). *Practical Assessment, Research, and Evaluation*, *9*(1), 6.

Pinto, I., & Morais, A. I. (2018). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. Journal of International Financial Management & Accounting. 30(2), 145-162. doi:10.1111/jifm.12095.

Piot, C. (2001). Agency costs and audit quality: Evidence from France. European Accounting Review, 10(3), 461-499. https://doi.org/10.1080/713764630.

Pomeroy, B., & Thornton, D. B. (2008). Meta-analysis and the Accounting Literature: The Case of Audit Committee Independence and Financial Reporting Quality. European Accounting Review, 17(2), 305–330. doi:10.1080/09638180701819832

Porter, B., & Gowthorpe, C. (2004). Audit expectationperformance gap in the United Kingdom in 1999 and comparison with the gap in New Zealand in 1989 and in 1999. The Institute of Chartered Accountants of Scotland. Recuperado de http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.474.1715&rep=rep1&type=pdf

Prasad, P., & Chand, P. (2017). The Changing Face of the Auditor's Report: Implications for Suppliers and Users of Financial Statements. Australian Accounting Review, 27(4), 348–367. doi:10.1111/auar.12137

Public Company Accounting Oversight Board. (2013). PCAOB Release n. 2013-005, PCAOB Rulemaking Docket Matter n. 034. PCAOB. Recuperado de https://pcaobus.org/Rulemaking/Docket034/Release_2013-005_ARM.pdf.

Raghunandan, K., & Rama, D. (1995). Audit reports for companies in financial distress: Before and after SAS No. 59. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 14(1), 50-63.

Ratzinger-Sakel, N. V. S., & Theis, J. C. (2019). Does considering key audit matters affect auditor judgment performance? Corporate Ownership & Control, 17(1), 196-210. http://doi.org/10.22495/cocv17i1siart4.

Reid, L. C., Carcello, J. V., Li, C., Neal, T. L., & Francis, J. R. (2019). Impact of Auditor Report Changes on Financial Reporting Quality and Audit Costs: Evidence from the United Kingdom. Contemporary Accounting Research. doi:10.1111/1911-3846.12486.

Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2000). Does size matter? The influence of large clients on office- level auditor reporting decisions. Journal of Accounting and Economics, 30(3), 375–400. https://doi.org/10.1016/ S0165-4101(01)00010-6.

Santos, E. S., Calixto, L., & Bispo, M. F. (2019). Impacto da OCPC 07 no enxugamento das notas explicativas das companhias brasileiras. Revista Contabilidade & Finanças, 30(79), 58-72. https://doi.org/10.1590/1808-057x201806650.

Segal, M. (2017). ISA 701: Key Audit Matters - An exploration of the rationale and possible unintended consequences in a South African. Journal of Economic and Financial Sciences, 10(2), 376-391. doi:https://doi.org/10.4102/jef.v10i2.22.

Segal, M. (2019), Key audit matters: insight from audit experts. Meditari Accountancy Research, Vol. 27 No. 3, pp. 472-494. https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2018-0355.

Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A., & Orta-Pérez, M. 2019. Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom. The British Accounting Review, 51: 227–40. doi:10.1016/j.bar.2019.02.004.

Siegel, S., & Castellan Jr, N. J. (2008). *Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento*. Artmed Editora.

Silva, R. B., Ponte, V. M. R., Luca, M. M. M. De, Santos, E. S., & Domingos, S. R. M. (2018). Implicações da OCPC 07 sobre a Forma das Notas Explicativas: Estudo em Empresas de Alimentos Processados. Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC), 12(4). https://doi.org/10.17524/repec.v12i4.1848.

Simunic, D., & Stein, M. (1987). Product differentiation in auditing: Auditor choice in the market for unseasoned new issues. Vancouver: Canadian Certified General Accontants Research Foundation.

Singer, Z. A., & Zhang, J. (2018). Auditor tenure and the timeliness of misstatement discovery. Accounting Review, 93(2), 315–338. https://doi.org/10.2308/accr-51871.

Sirois, L-P.; Bédard, J.; & Bera, P. (2017). The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-tracking Study (February 22, 2017). http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2469905.

Soares, J. F., & Siqueira, A. L. (2002). Introdução à estatística médica. In Introdução à estatística médica (pp. 300-300).

Tepalagul, N., & Lin, L. (2015). Auditor independence and audit quality: A literature review. Journal of Accounting, Auditing & Finance, 30(1), 101–121. https://doi.org/10.1177/0148558X14544505.

Vanstraelen, A. (2000). Impact of Renewable long- term audit mandates on audit quality. European Accounting Review, 9, 419–442. https://doi.org/10.1080/09638180020017140.

Velte, P., & Loy, T. (2018). The impact of auditor rotation, audit firm rotation and non-audit services on earnings quality, audit quality and investor perceptions: a literature review. Journal of Governance & Regulation, 7(2), 74-90. http://doi.org/10.22495/jgr_v7_i2_p7.

Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. Corporate Social Responsibility and Environmental Management. doi:10.1002/csr.1491.

Velte, P., & Issa, J. (2019). The impact of key audit matter (KAM) disclosure in audit reports on stakeholders' reactions: a literature review. Problems and Perspectives in Management, 17(3), 323-341. http://dx.doi.org/10.21511/ppm.17(3).2019.26.

Velte, P. (2019). Associations between the financial and industry expertise of audit committee members and key audit matters within related audit reports. Journal of Applied Accounting Research, Vol. 21 No. 1, pp. 185-200. https://doi.org/10.1108/JAAR-10-2018-0163.

Vergara, S. C. (2000). Projetos e relatórios de pesquisa em administração (3a ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Wisnik, M. T. (2018). Relação entre a natureza dos principais assuntos de auditoria apresentados nos relatórios de auditoria independente, setores de atuação e países. Mestrado Profissional em Gestão para a Competitividade da Fundação Getúlio Vargas – FGV SP. Recuperado de: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24209.

Wooldridge, J. M. (2002). Econometric analysis of cross section and panel data. Cambridge, Mass: MIT Press.

Yang, L., Brink, A, & Wier, B. (2018). The impact of emotional intelligence on auditor judgement. International Journal of Auditing, 22(1), 83-97.

Ye, P., Carson, E., & Simnett, R. (2011). Threats to auditor independence: The impact of relationship and economic bonds. Auditing: A Journal of Practice & Theory, 30(1), 121-148.

Zanchun, X., Chun, C., & Jianming, Y. (2010). Abnormal audit fees and audit opinion. Further evidence from China's capital market. China Journal of Accounting Research, 3(1), 51-70.